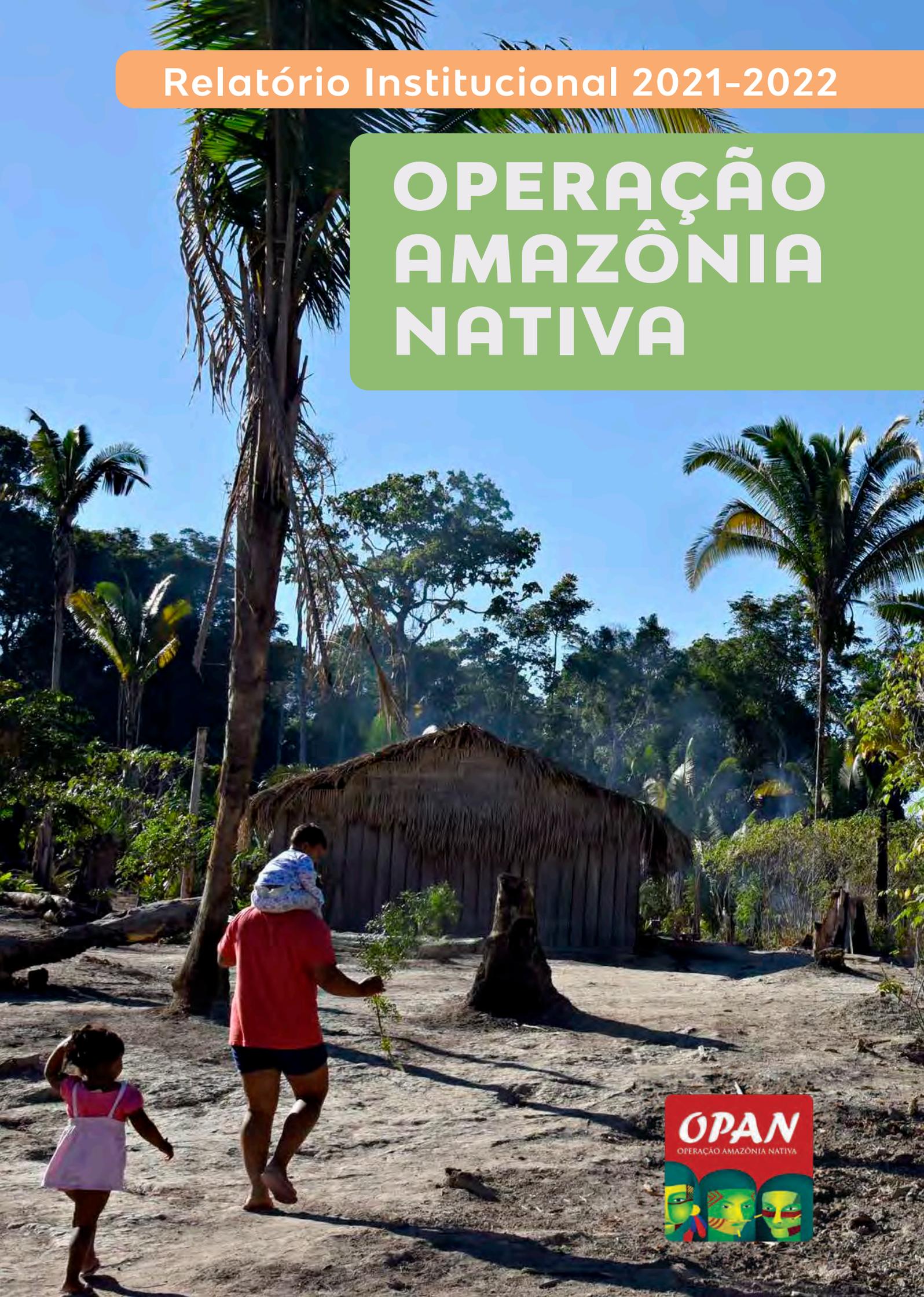


Relatório Institucional 2021-2022

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA





Borboleta na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

OPAN •

Relatório Institucional 2021-2022

EXPEDIENTE

Textos

Dafne Spolti

Talita Oliveira

Túlio Paniago

Daniel Luid Campos

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Revisão

Andreia Fanzeres

Antonio Miranda Neto

Artema Lima

Bruna Pinheiro

Dafne Spolti

Diogo Henrique Giroto

Gustavo Falsetti Viviani Silveira

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Lola Rebollar

Luciana Rebellato

Magno de Lima dos Santos

Renato Rodrigues Rocha

Tainara Proença

Talita Oliveira

Projeto gráfico e diagramação

Talita Aquino

Fotografia de capa

Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados.

Adriano Gambarini/OPAN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS	10
FORMAD	30
PROGRAMA MATO GROSSO	34
PROGRAMA AMAZONAS	48
TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL	72
EQUIPE OPAN 2021 e 2022	76
APOIADORES	80



Sementes a serem compartilhadas durante o Festival Juruena Vivo, em 2022.

Foto: Paula Farias/Rede Juruena Vivo

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos tivemos a experiência e vivência de como é uma situação de pandemia provocada por um vírus desconhecido e letal.

Sentimos um pouco o que os povos autóctones viveram ao estarem em contato com as frentes de expansão: a falta de imunidade diante de uma nova doença.

Diante de tal situação, buscamos isolamento, proteção, cuidados, informação e canalização de esforços para divulgar orientações técnico-científicas e normas de procedimentos para reduzir possíveis situações de calamidade maior.



Colaboramos com diversos órgãos públicos, principalmente com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), adquirindo equipamentos e remédios para fortalecer a atenção básica nas aldeias indígenas. Contribuímos com transporte dos materiais, campanhas de informação sobre a covid-19 e instalamos muitos pontos de internet nas aldeias que antes não contavam com esse meio de comunicação.

Houve mobilização geral da instituição, dentro dos limites, para minimizar o impacto da covid-19.

Ao mesmo tempo que fomos forçados a readequar nossas atividades concretas de campo, seguimos dando sequência, com precauções, aos planejamentos de trabalhos com os povos beneficiários de nossas ações.

Em 2021 e em 2022, retomamos de forma presencial algumas das atividades realizadas virtualmente.

Assim, fortalecemos as ações voltadas a segurança e soberania alimentar e à geração de renda por meio de produtos da sociobiodiversidade, associadas a proteção dos territórios.

Ampliamos também o escopo do trabalho no campo dos direitos indígenas. Em um contexto político adverso no Poder Executivo e em parte do Congresso Nacional, as ameaças aumentaram, sendo necessárias forças-tarefa para a proteção dos povos isolados e diante de projetos de mineração, hidrelétricas e outros. Contribuímos também com a participação e a incidência dos po-

vos indígenas nos espaços de tomada de decisão.

A garantia de direitos e as ações voltadas à qualidade de vida das comunidades foram potencializadas, ainda, pelo fortalecimento das organizações indígenas e do trabalho de comunicadores locais, que têm uma atuação cada vez mais ampla.

Neste relatório, você poderá conhecer melhor as atividades e resultados da atuação da OPAN nesses últimos dois anos.

Boa leitura!

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador geral da OPAN

Tutãra modelado para um colar de casamento rikbaktsa.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN





Pintura do povo Kawaiwete durante o festival Juruena Vivo.

Foto: Paula Farias/Rede Juruena Vivo

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

Diante das condições políticas e sociais conturbadas nos últimos anos, em especial com a ascensão do autoritarismo no governo federal a partir de 2016, o Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade (PDI) expandiu sua atuação e ampliou, por meio de ferramentas de monitoramento ambiental e territorial, a produção de informações de interesse das comunidades com as quais atua, além das discussões relacionadas à garantia do direito à consulta livre, prévia, informada e consentida e o apoio à incidência política dos povos indígenas.



Manoki pesca com a técnica de mascreação.

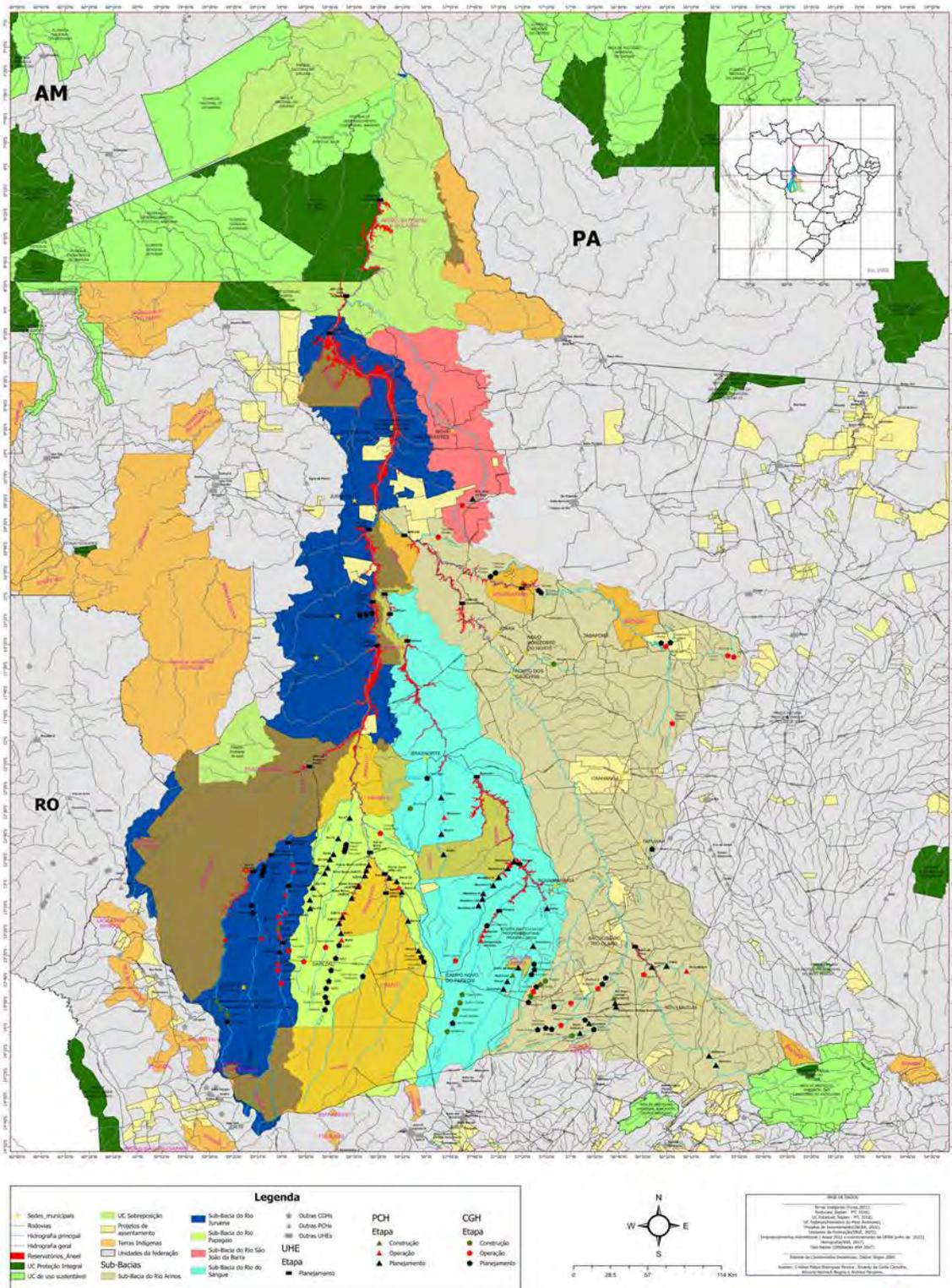
Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Em 2021, o contexto da pandemia de covid-19 determinou uma forma de trabalho online, passando, em 2022, para uma transição em que já era possível a realização de atividades presenciais seguindo rigorosamente protocolos de saúde. Se destacam nesses dois anos de trabalho do PDI uma maior diversidade de iniciativas com povos da bacia do rio Juruena, em Mato Grosso, e a consolidação e extensão do trabalho no Amazonas. Entre 2021 e 2022, o programa avançou na incidência sobre as pautas relacionadas ao clima, apoiando a participação de indígenas do Brasil nas Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), na agenda de seus órgãos subsidiários e eventos paralelos.

JURUENA

Em parceria com a Rede Juruena Vivo, que reúne populações da bacia do Juruena em prol da integridade socioambiental da região, a OPAN realizou o monitoramento dos projetos hidrelétricos, observando 166 projetos em 2021, entre os planejados, em construção e em operação, e 172 em 2022. Os números representam um crescimento avassalador que já vem impactando as populações. No começo do trabalho de monitoramento, em 2014, cerca de 100 empreendimentos da época já eram motivo de preocupação.

Hidrelétricas nas Sub-Bacias do rio Juruena (agosto de 2022)



Mapa dos empreendimentos hidrelétricos previstos na bacia do Juruena em 2022.

Ao monitoramento de hidrelétricas, somam-se estudos detalhando a sociobiodiversidade e o patrimônio cultural da região, compondo assim um conjunto de conhecimentos e ferramentas colocadas à disposição das comunidades e do poder público para subsidiar as decisões sobre empreendimentos e projetos que possam impactar a vida das populações locais. Nesse sentido, o PDI vem trabalhando no monitoramento da ictiofauna na bacia do rio Juruena, em parceria com a Rede de Ciência Cidadã da Amazônia, a partir de um trabalho piloto com os indígenas Kawaiwete, Apiaká e Munduruku da Terra Indígena (TI) Apiaká-Kayabi, e com os indígenas Enawene Nawe, da TI Enawene Nawe, povos que lidam com a constante ameaça de empreendimentos, sendo os Enawene Nawe impactados pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que influenciaram diretamente a disponibilidade de peixes fundamentais para a alimentação e para a dinâmica ritual e de vida deste povo.

A partir de estudos sobre o patrimônio material e imaterial dos povos indígenas e os registros da técnica de pesca por mascreação, realizada entre os Manoki, Paresi, Nambikwara e outros povos, e do bivalve *tutãra*, encontrado numa região específica do rio Arinos, de uso ritual dos povos Rikbaktsa e Tapayuna-Kajkwakhratxi, foi possível, entre 2021 e 2022, contribuir com a defesa jurídica de povos do Juruena diante do impacto dos

empreendimentos previstos, como a Usina Hidrelétrica (UHE) Castanheira, planejada para ser construída em Juara. Importante destacar também o registro do patrimônio arqueológico da TI Apiaká do Pontal e Isolados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), visando a proteção sobre o território.



Vestígios de ocupação ancestral na TI Apiaká do Pontal e Isolados.

Fotos: Adriano Gambarini/OPAN

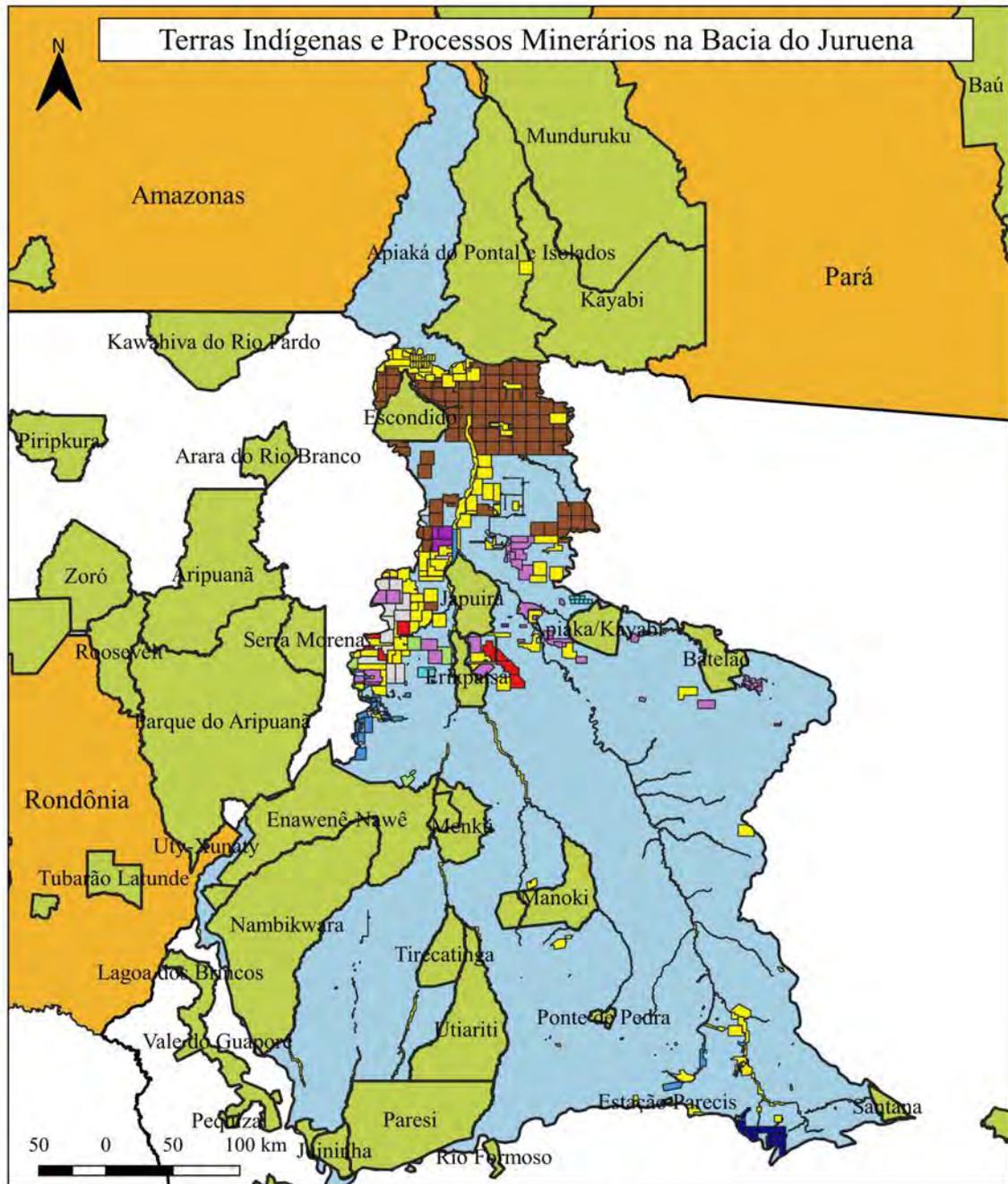


Vestígios de ocupação ancestral
na TI Apiaká do Pontal e Isolados.

Fotos: Adriano Gambarini/OPAN

Sobre a TI Apiaká do Pontal e Isolados, foi realizado também o levantamento de informações e a publicação de um relatório em que é possível conhecer o histórico de ocupação dessa terra, o cotidiano e as formas de vida das comunidades, assim como a gestão territorial, que é compartilhada com o Parque Nacional Juruena (ParnaJu), gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A publicação apresenta os desafios e oportunidades para a gestão compartilhada do território sobreposto, calcado no diálogo e no direito dos povos que habitam essa região e esperam há mais de 20 anos a homologação do seu território.

Outro trabalho realizado no Juruena foi o levantamento dos processos minerários que pressionam e ameaçam os territórios indígenas e de comunidades tradicionais. Em 2021, o monitoramento identificou ao menos oito processos minerários que se sobrepunham às terras indígenas da região. Após a publicação do relatório e com base em questionamentos do Ministério Público Federal (MPF), a Agência Nacional de Mineração (ANM) indeferiu tais requerimentos que, em tese, deveriam ser automaticamente excluídos da plataforma em casos de sobreposição e/ou da proximidade de 10 Km desses territórios.



Legenda

- Terras Indígenas
- Bacia do Juruena
- Mato Grosso
- Brasil

Processos Minerários

- DIAMANTE
- FELDSPATO
- MANGANÊS
- MÁRMORE
- MINÉRIO DE CHUMBO
- MINÉRIO DE COBRE

- MINÉRIO DE ESTANHO
- MINÉRIO DE FERRO
- MINÉRIO DE ZINCO
- OURO/MINÉRIO DE OURO
- QUARTZITO
- TURFA

Sistema de Referência Geográfica: SIRGAS 2000 Fonte: Processos Minerários (ANM, 2021), Sub-bacia do Juruena (ANA, 2018), Limites estaduais (IBGE, 2015). Autor: Ricardo da Costa Carvalho, 2021.

Mapa dos processos minerários na bacia do Juruena.

Nos anos de 2021 e 2022 foram realizadas, ainda, pesquisas sobre agrotóxicos desenvolvidas por meio de uma parceria entre o Núcleo de Estudos em Ambiente, Saúde e Trabalho (Neast), do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a OPAN, junto da associação Thutalinãnsu da TI Tirecatinga. Localizada em uma das regiões com maior aplicação de agrotóxicos no estado de Mato Grosso e no Brasil, foram identificadas nessa terra indígena contaminações em frutas e plantas medicinais. Com o trabalho, verificou-se também a presença de agrotóxicos na cadeia produtiva do algodão, cultura com maior quantidade de aplicação de agrotóxicos no país – 28,6 litros por hectare –, e que tem, na região do Juruena, os maiores produtores nacionais da planta. Tanto para as frutas e ervas medicinais, quanto na cadeia produtiva do algodão, surpreenderam as quantidades de agrotóxicos proibidos na União Europeia, com graves resultados para a saúde, que foram identificados nas amostras.

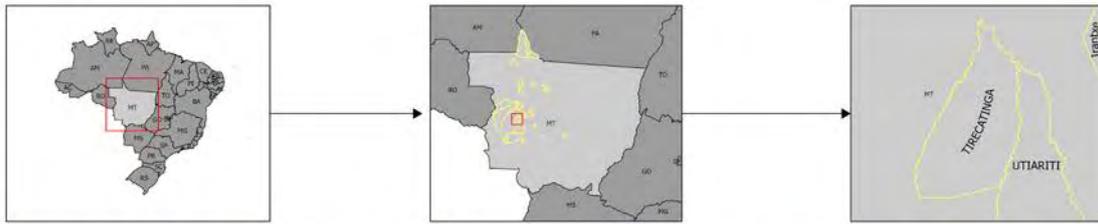
Ao lado: Imagem do barbatimão, em que foram verificados seis tipos de agrotóxicos.

Foto: Suyane Katikitalosu Terena Nambikwara/Thutalinãnsu

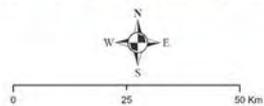
Acima: Lavoura de algodão entre Sapezal e Campo Novo do Parecis.

Foto: Dafne Spolti/OPAN





-  Sedes Municipais
-  Hidrografia
-  Terras Indígenas



Sistema de coordenadas geodésicas, Datum Sirgas 2000.
 Base de dados
 Terras Indígenas: FUNAI (2021).
 Sedes Municipais: IBGE (2015).
 Hidrografia: ANA (2016).
 Autor: Cristiano Felipe Rodrigues Pereira.



Lavouras no entorno da Terra Indígena Terecatinga (mapa).

FESTIVAL JURUENA VIVO

Questões como as ameaças, desafios e também as oportunidades para a melhoria da qualidade de vida da população regional são discutidas anualmente no Festival Juruena Vivo, que teve sua oitava edição realizada de forma virtual, em 2021, e a nona edição presencial na aldeia Tatuí, da TI Apiaká-Kayabi, em 2022, reunindo organizações da sociedade civil, agricultores, moradores rurais e urbanos e povos indígenas Apiaká, Munduruku, Kayabi, Manoki, Myky, Tapayuna-Kajkwakhratxi, Enawene Nawe, Parezi, Nambikwara, Terena e outros. Durante os festivais, são importantes

as trocas culturais, de artesanatos, sementes e, ainda, a realização de jogos e atividades esportivas.

Do nono festival, destaca-se a realização de um ato em defesa do rio Arinos e contra a UHE Castanheira, a partir de memórias de luta que garantiram a integridade do Salto *Itu'u* Cachoeira, na TI Apiaká-Kayabi. O assunto ganhou importância também na mesa de debate sobre a experiência da Usina Hidrelétrica de Sinop, as discussões sobre o direito à consulta livre, prévia, informada e consentida e o repasse dos defensores de direitos indígenas a partir de formações organizadas pela OPAN.

Juruena Livre.

Foto: Bruna Pinheiro/Formad



Um avanço importante para a Rede Juruena Vivo é a formação do grupo de comunicadores, o Coletivo Olhos D'água. Por meio de uma atuação que se fortalece a cada dia nas comunidades, o coletivo viabiliza maior troca de informações em toda a bacia do Juruena, que tem uma extensão de 19 milhões de hectares entre os biomas Cerrado

e Amazônia, e a divulgação dos temas importantes para a Rede a nível regional e nacional. Nos últimos festivais, os comunicadores organizaram uma cobertura colaborativa. O trabalho, apoiado diretamente pela OPAN, começa a ter maior colaboração também de outros atores, ampliando a capacidade e o protagonismo da Rede Juruena Vivo.

Participantes do Festival Juruena Vivo planejam ações a partir do mapa da bacia.

Foto: Dafne Spolti/OPAN.

Bruna Sirayp, comunicadora Kayabi da Rede Juruena Vivo.

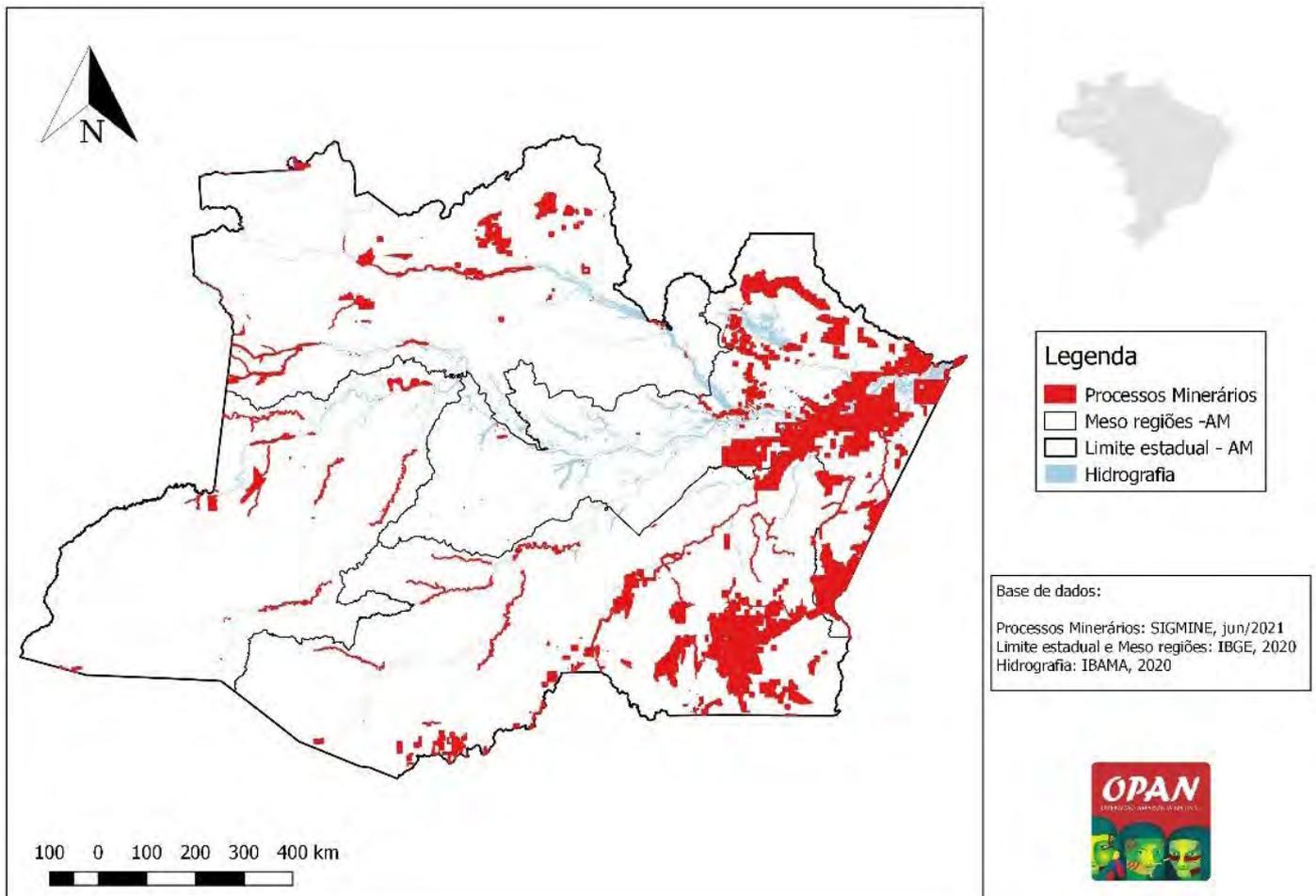
Foto: Paula Farias/ Rede Juruena Vivo



AMAZONAS

No Amazonas, o Programa de Direitos Indígenas concretizou sua atuação nos últimos anos. Destaca-se o monitoramento sobre mineração ilegal realizado pela OPAN em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). A partir de um diagnóstico sobre panorama minerário, em 2021 foi cons-

tatada uma corrida por requisições de lavra garimpeira que, somadas, chegavam a 8% do estado. Muitas delas muito próximas ou sobrepostas a terras indígenas e Unidades de Conservação (UCs) e solicitadas de forma sequencial por cooperativas, numa tentativa de burlar o limite previsto em lei de 10 mil hectares para cada requerimento de lavra.



Mapa do panorama minerário no Amazonas.

Junto ao Território Médio Juruá (TMJ), fórum que reúne diversas comunidades extrativistas locais, indígenas e organizações sociais para pensar ações voltadas à melhoria da qualidade de vida na região, a OPAN apoiou incidências relacionadas a requerimentos de garimpo em tramitação na Agência Nacional de Mineração com incidência na calha do rio Juruá. Como resultados, houve a suspensão de um requerimento de lavra que ocupava cerca de 9 mil hectares no entorno da TI Deni e na zona de amortecimento da RDS Uacari.

Ainda em articulação com o TMJ, a OPAN acompanha a outorga de blocos de gás e petróleo no município de Carauari. Este município foi incluído em um estudo de planejamento realizado pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), entre 2018 e 2020, com objetivo de indicar diversas regiões de Carauari e de outros 30 municípios da bacia sedimentar do Solimões como aptos para a exploração e produção de hidrocarbonetos. Ao longo da elaboração do estudo, poucas foram as oportunidades de participação popular. Além disso, a análise

do documento evidencia a utilização de critérios metodológicos frágeis, motivando a OPAN e outras organizações da sociedade civil a apresentarem em dezembro de 2020 uma Nota Técnica Jurídica ao MPF. Ao longo dos anos de 2021 e 2022 o processo de declaração de aptidão de áreas para a exploração de gás e petróleo no Solimões não avançou nos Ministérios de Meio Ambiente e Minas e Energia. De acordo com a EPE, a bacia do rio Solimões abriga cerca de 10% das reservas provadas de gás do Brasil. A exploração do gás em Carauari poderá afetar uma diversidade de povos indígenas e comunidades agroextrativistas da região.

Em 2022, a OPAN passou a compor ainda o Observatório da BR-319, uma rede de organizações que tem como objetivo produzir informações nas áreas de influência da rodovia, que liga Manaus a Porto Velho, visando a proteção da região, a participação e o protagonismo dos moradores e comunidades locais, e subsidiando as populações e o poder público com informações a respeito do processo de licenciamento em curso.

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

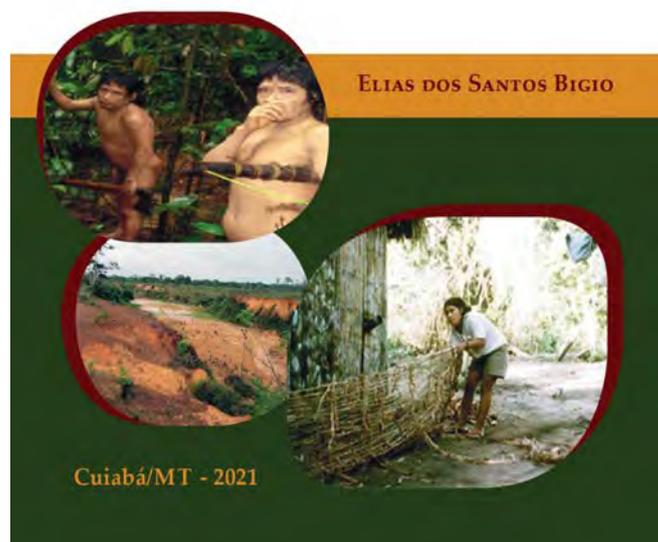
Em 2021, a OPAN publicou um relatório sobre os indígenas isolados em Mato Grosso, reunindo informações sobre as evidências de presença desses povos, os contextos de ocupação de cada área e informações sobre os processos administrativos relacionados à demarcação das áreas em que vivem. Além dessas informações, foi possível realizar, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), o monitoramento do desmatamento nos territórios com presença de isolados. A OPAN realizou um levantamento também da mineração, constatando um aumento significativo de devastações e ameaças aos povos indígenas isolados. Na TI Piripkura, localizada em Mato Grosso, entre agosto de 2020 e março de 2021, houve um aumento de 862% de desmatamento, que continuou crescendo nos anos seguintes. Já a prática garimpeira registrou, entre 2019 e 2021, um aumento de 820%, taxa semelhante à registrada em relação ao desmatamento.

A TI Piripkura, assim como outras três terras, Jakareúba/Katawixi (AM), Ituna-Itatá (PA) e Pirititi (RR), estavam em especial vulnerabilidade pelo vencimento de suas portarias de restrição de uso, instrumento que impede a entrada de pessoas de fora da terra indígena enquanto ocorre o processo de demarcação territorial. Visando a renovação das portarias, foi realizada uma campanha protagonizada pela Coiab e

pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), apoiada pelo ISA, a Survival International, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), OPAN e demais parceiros da sociedade civil. A partir das mobilizações da campanha, todas as terras tiveram as suas portarias de restrição de uso renovadas.

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS EM MATO GROSSO

Análise das pressões e ameaças sobre as terras indígenas onde há registro da presença de povos indígenas isolados e de recente contato no estado de Mato Grosso





Bruno Pereira e Dom Philips em atividades de trabalho com povos indígenas.



Em meio à luta pelos direitos dos povos indígenas isolados, em 2022 tivemos os inesquecíveis assassinatos do indigenista Bruno Pereira, que protagonizou um trabalho brilhante em relação à proteção dessas populações, e de Dom Phillips, jornalista sensível à defesa da Amazônia e das comunidades locais.



Homenagens a Bruno e Dom, em Cuiabá. À esquerda, Elias Bigio, ex-coordenador da Coordenação Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato da Funai e presidente da OPAN, em 2022, falando do amigo e colega indigenista Bruno Pereira.

Fotos: Flávio André.

CLIMA

Em parceria com a Rede de Cooperação da Amazônia (RCA), a OPAN vem acompanhando nos últimos anos, de forma sistemática, a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Têm participado dessa agenda lideranças do Conselho Indígena de Roraima (CIR), da Rede Juruena Vivo, Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) e da Coiab. A Plataforma é o único órgão de assessoramento técnico da UNFCCC que inclui entre seus membros o mesmo número de representantes indígenas e dos Estados.

Além da Plataforma, a OPAN acompanha a agenda de reuniões do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas, chamado também de Caucus Indígena, um espaço estratégico para alinhamento e nivelamento dos temas-chave dentro da discussão sobre mudanças climáticas.

Em sua atuação no Caucus e na LCIPP, a OPAN vem contribuindo com a promoção de formações sobre clima, o apoio à participação de lideranças indígenas do Brasil nas Conferências do Clima (COPs) e nas reuniões que antecedem as conferências, realizadas em Bonn, na Alemanha, sede da UNFCCC, para os alinhamentos sobre as temáticas e o plano de trabalho da Plataforma. Em 2021, as atividades foram

realizadas de forma remota em razão da pandemia, mas retomada no formato presencial em 2022.



Dineva Kayabi na Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) da COP 27.

Foto Andreia Fanzeres/OPAN



Grupo do Brasil elabora contribuições para a Plataforma, durante a COP 27, em Sharm el Sheikh, no Egito.

Apesar do espaço aberto para a sociedade civil, um dos principais desafios de participação de representantes do Brasil na LCIPP é o idioma. Como o português não é língua oficial da UNFCCC, os povos indígenas do Brasil vêm reivindicando

do mais apoio e melhores condições de participação, ao menos nas atividades da Plataforma, visando favorecer a comunicação e o compartilhamento das experiências e conhecimentos acumulados pelos povos do Brasil na pauta climática.

MOBILIZAÇÕES

Nos últimos dois anos, num contexto político adverso, foi significativo o apoio da OPAN à participação dos povos indígenas nas mobilizações, com destaque para os acampamentos Terra Livre e Luta pela Vida, e a Marcha das Mulheres Indígenas. Ainda em um período intenso da pandemia em 2021, tal apoio exigiu atenção especial aos protocolos, à garantia de insumos e suporte ao isolamento em situa-

ções de contaminação pela doença. Com os devidos cuidados, foi possível contribuir com a participação nas mobilizações e favorecer a luta por transformações no campo da política indigenista do Brasil. Foram relevantes também os apoios às assembleias indígenas, favorecendo a organização e a luta dos povos em seus diferentes contextos e a união para enfrentamento das ameaças e desafios em curso.



No acampamento “Luta pela Vida” indígenas de todo o Brasil acompanham a votação do ministro Edson Facchin sobre a tese do marco temporal.

Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

NOVAS REFLEXÕES INDIGENISTAS

Organização:
ANDREIA FANZERES, IVAR BUSATTO E JOÃO DAL POZ

2021



Em 2021 a OPAN concluiu e lançou uma importante publicação, o livro *Novas Reflexões Indigenistas*, que registra, a partir do olhar de membros e parceiros de diferentes gerações, os mais de 50 anos de atuação da instituição. Lançado em forma online com transmissão ao vivo pelas redes sociais da OPAN, o evento emocionou os que fazem parte dessa história, que tem como seu principal legado a mudança na forma de se fazer indigenismo no Brasil.





Rikbaktsa realizando coleta do bivalve tuṭāra.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Ação ativista em defesa do Pantanal (2022).

Foto: Francisco Miguel Silva Alves



FORMAD: 30 ANOS EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MATO GROSSO

O Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), hoje composto por 36 organizações da sociedade civil*, completou 30 anos em 2022, momento em que reuniu as diferentes gerações que se dedicaram à luta por diálogo e participação popular no desenvolvimento de projetos socioambientais, à transparência, justiça social e à uma contínua resistência em prol da vida das diversas populações do estado.

Nos últimos anos desse percurso, o Fórum, em parceria com a OPAN e com Misereor, ampliou sua Secretaria Executiva, que passou a ser formada, além do secretário-executivo, por duas novas profissionais, nas áreas de comunicação e direitos. Assim, as ações passaram a ter mais alcances e resultados.

Entre 2021 e 2022, o Formad se fez presente em importantes espaços de controle social: o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Cehidro), o Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) e a Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), fornecendo subsídios técnicos e posicionamentos públicos para as discussões e tomadas de decisão.

Nesse período, se destacam da atuação do Fórum a defesa do rio Cuiabá livre de PCHs e em favor do Projeto de Lei (PL) 957/2019, mobilização que foi capaz de reverter, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT), o veto do governador Mauro Mendes; e a mobilização contra a “Lei do Pantanal”, o PL 561/2022, que autoriza a pecuária extensiva em Áreas de Preservação Permanente, a utilização de até 40% da propriedade em área alagável para pasto, uso de agrotóxicos e agroquímicos sem restrição, mineração de cascalho e areia, além de outros empreendimentos com enorme potencial de degradação para o bioma.

Também foram realizadas mobilizações e atividades culturais em

defesa dos rios das bacias do Paraguai e, na região noroeste de Mato Grosso, do Juruena. A proteção das águas ganhou, ainda, um novo espaço importante de discussões, o Fórum Popular Águas e Crise Climática, lançado em 2021.

O Formad, em parceria com o Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT), esteve vigilante, nos últimos anos, ao conjunto de políticas socioambientais tramitando no estado e de suas implementações. Nesse sentido, se destacaram, ainda, as incidências para a manutenção do Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, diante da proposta de redução do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 02/2017, e o apoio à elaboração de um relatório técnico sobre a prescrição de multas por infrações ambientais em Mato Grosso.

Outra frente de atuação do Formad foi em relação à proteção, criação e ampliação de Unidades de Conservação (UCs) em Mato Grosso, tendo realizado o seu primeiro fórum sobre o tema em novembro de 2022. O assunto ganhou ainda mais relevância com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo estadual que dificulta a criação de novas UCs. O Formad manteve a posição de acompanhar, dar visibilidade e se opor à PEC 12/2022, monitorando toda a tramitação na AL-MT.

As pautas tiveram amplitude no corpo a corpo com as comunidades e por meio de novos canais de comu-

nicação do Formad, além do reforço daqueles já existentes. Os trabalhos resultaram, ainda, em uma maior inserção desses temas de relevância em importantes veículos da imprensa estadual e nacional, com um trabalho de assessoria de imprensa e incidência em grandes veículos.

*O Formad é composto pelas seguintes organizações: Associação Cultural Fé e Vida (Sociedade Fé e Vida), Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Ribeirão Itambé (Acorequiri), Associação das/os amigas/os do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes (Aamobep), Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA), Associação Pacto das Águas (Pacto das Águas), Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (Ajopam), Associação Quilombola Sesmaria Boa Vida Mata Cavallo (Quilombo Mata Cavallo), Associação Regional de Produtores Agroecológicos (Arpa), Associação de Pesquisa Xaraiés (Xaraiés), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro Burnier Fé e Justiça (CBFJ), Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés (CDHDMB), Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT), Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), Coletivo Aacuarela (Aacuarela), Comissão Pastoral da Terra/Regional Mato Grosso (CPT-MT), Conselho Indigenista Missionário/Regional Mato Grosso (CIMI-MT), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint), Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas/MT (Fonasc), Fundação Ecológica Cristalino (FEC), Grupo Arareau de Pesquisa e Educação Ambiental (Grupo Arareau), Grupo Semente de Chapada dos Guimarães (Grupo Semente), Instituto Caracol (ICaracol), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Écotono, Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS), Instituto Gaia de Pesquisa e Educação Ambiental (Instituto Gaia), Instituto Samaúma, Levante Popular da Juventude de Mato Grosso, Movimento do/as Atingidos/as por Barragem/Coordenação MT (MAB-MT), Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra/Coordenação MT (MST-MT), Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (Neast-UFMT), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Organização de Mulheres Indígenas Takiná (Takiná), Reunião e Movimento por Amor ao Rio (Remar).



Jatobá da Terra Indígena Marãiwatsédé.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

PROGRAMA MATO GROSSO

A atuação do Programa Mato Grosso abrange, principalmente, as regiões das bacias dos rios Araguaia e Juruena. No Araguaia, região leste do estado, a OPAN trabalha com os Xavante da TI Marãiwatsédé e vem iniciando uma atuação com os Tapirapé, Karajá, Kanela do Araguaia, Maxacali e Krenak. No Juruena, atua junto aos Haliti-Paresi, Apiaká, Nambikwara da TI Pirineus de Souza, Manoki e Myky. Em outra região, no extremo oeste do estado, na fronteira com a Bolívia, a OPAN iniciou um trabalho com os Chiquitano.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE MARÃIWATSÉDÉ

Na região da bacia do rio Araguaia, a OPAN atua com os Xavante da TI Marãiwatsédé. Retirados de seu território tradicional pelo governo militar, em 1966, os Xavante conseguiram retornar em 2004 a uma pequena porção de sua terra decretada. Entretanto, durante esse período de quase quatro décadas de ocupação desta terra por posseiros, aproximadamente 70% da vegetação nativa (transição entre Amazônia e Cerrado) da área de 165 mil hectares foi substituída por pastagem. Em 2011, segundo levantamento do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), era a terra indígena mais devastada da Amazônia Legal.

Diante das circunstâncias adversas em que reencontraram o território, os Xavante assumiram a missão de conservar as poucas áreas que restam de Cerrado e Floresta e de recuperar, se possível, as que foram desmatadas. Uma boa iniciativa é protagonizada pelas Mulheres Xavante Coletoras de Sementes - *Pi'õ Rómha ma' Ubomrõi'wa* -, que coletam e comercializam sementes nativas para recuperar áreas degradadas. Desde 2011, as coletoras fazem parte da Rede de Sementes do Xingu (RSX), contribuindo para o reflorestamento do território de Marãiwatsédé e da região. Atualmente, o grupo, apoiado pela OPAN e pela The Na-

ture Conservancy (TNC), é composto por uma centena de mulheres. Em 2021, elas coletaram 1,68 tonelada de sementes, de 34 espécies, o que rendeu R\$ 38,5 mil. Em 2022 também coletaram 1,68 tonelada, porém dessa vez o rendimento foi de R\$ 84,4 mil. Vale lembrar que as sementes têm preços específicos, o que explica a diferença, apesar da quantidade ter sido a mesma.

Cada mulher recebe uma quantia de dinheiro proporcional à sua coleta. Com o objetivo de facilitar a gestão dos recursos (quantidades, espécies, locais de coleta, peso etc), foi desenvolvido um aplicativo intitulado "Redário", disponível tanto na língua Xavante quanto em português. Algumas coletoras estão em processo de formação para o uso de tablets para a melhor utilização dessa ferramenta tecnológica.

A ideia é que, a longo prazo, o trabalho de coleta dê origem a um banco de sementes que possibilite uma contínua produção de mudas, garantindo renda e segurança alimentar às 14 aldeias do território. Não por acaso as coletoras doam 10% das sementes para um viveiro localizado dentro da TI, cuja estrutura tem capacidade para 25 mil mudas.

Os Xavante, quando finalmente retornaram a uma parte do terri-



Sementes xavante.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

tório tradicional, ergueram as primeiras aldeias em áreas bastante devastadas, sem vegetação nativa. Justamente nesses locais foram plantadas as primeiras sementes. Hoje o entorno dessas aldeias conta com roças e quintais produtivos, importantes para o fortalecimento da soberania alimentar dessas comunidades, do conforto climático e da volta da biodiversidade para perto das aldeias.

Desde a retomada, essa é uma atividade permanente. Em 2022, trabalharam o solo e plantaram em uma área demonstrativa de 0,5 hectare na aldeia Cristo Rei e ou-

tros três hectares nos arredores da casa de apoio na entrada da TI, a Karu. Com suporte da Rede de Sementes do Xingu, utilizaram a técnica de plantio chamada “muvuca”, que tem como princípio disseminar sementes de maneira aleatória para garantir a formação de uma vegetação diversa e o mais próximo possível de como era antes do desmate. Foram utilizadas sementes de 38 espécies nativas.

Também foram distribuídas e plantadas 300 mudas de frutíferas em quatro aldeias. E em parceria com a Prefeitura de Alto Boa Vista e com a Fundação Nacional dos Po-

vos Indígenas (Funai), foi realizada a colheita de 270 sacas de arroz, que posteriormente foram distribuídas em todas as aldeias. Com apoio da equipe da OPAN, iniciou-se o processo de atualização do etnozoneamento e etnomapeamento do território, incluindo, entre as atividades, uma formação em cartografia social com lideranças e jovens.

MOCHILA XAVANTE DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Nos últimos anos, tendo em vista as mudanças climáticas, os incêndios florestais estão aumentando em tamanho, frequência e intensidade por todo o mundo. As especificidades da TI Marãiwatsédé a tornam muito suscetível ao fogo durante o período de seca, inclusive incêndios são relativamente comuns entre julho e outubro, uma vez que as extensas áreas de pastagem facilitam a propagação das chamas.

Diante desse fato, a OPAN apoiou, em 2021 e 2022, o desenvolvimento da Mochila Xavante de Prevenção a Incêndios Florestais. Trata-se de um material pedagógico que tem como propósito contribuir com a redução dos incêndios flores-

tais a partir da sensibilização e da promoção de acordos comunitários para boas práticas diante do novo contexto (mudanças climáticas, incêndios criminosos, áreas de pastagem e desmatamento), sem perder de vista a importância do uso tradicional e cotidiano do fogo, afinal trata-se de um dos elementos centrais na cultura, sendo, inclusive, o fio condutor de toda a narrativa do mito de criação Xavante.

No que diz respeito à prevenção e combate aos incêndios, uma outra iniciativa importante nesse período foi o trabalho de fortalecimento de uma brigada composta por jovens Xavante e não indígenas, sob administração do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e gestão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A brigada do PrevFogo realizava o manejo integrado do fogo, técnica que envolve práticas de prevenção, como a limpeza de terrenos e a queima prescrita, plantio de mudas e combate a incêndios. Nessa frente de atuação, a OPAN contribuiu com infraestrutura, equipamentos e apoio logístico para desenvolvimento dos trabalhos na TI Marãiwatsédé, contribuindo para a troca de conhecimentos entre as técnicas não indígenas e as da cultura Xavante durante os treinamentos e atividades.

A OPAN, desde os primeiros acordos de colaboração em 2008, tem atuado junto aos Xavante da TI Ma-



Reunião para elaboração de material sobre o manejo integrado do fogo.

Foto: Arquivo/OPAN.

rãiwatsédé através de ações que garantam o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação do povo. A prevenção e o monitoramento de incêndios, a formação de jovens lideranças, a geração de renda para as mulheres coletoras, a garantia da soberania alimentar, a recuperação do território, a consolidação de roças e quintais produtivos e o cultivo de mudas em viveiro, frentes de trabalho acordadas pelo povo Xavante em seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), publicado em 2016, são alguns dos objetivos comuns que alimentam essa parceria.

TAPIRAPÉ E KARAJÁ NO MÉDIO ARAGUAIA

Também na região do Médio Araguaia, desde 2022 a OPAN trabalha, em parceria com a TNC e a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), com os Tapirapé, autodenominados Apyãwa, os Karajá, autodenominados Iny, Kanela do Araguaia, Maxacali e Krenak. Embora recente, a parceria tem apre-

sentado perspectivas promissoras, com um processo gradual no estabelecimento de uma relação de confiança. As principais linhas de ação são: soberania e segurança alimentar; fortalecimento institucional de organizações locais; e a gestão territorial e ambiental indígena.

Em relação ao fortalecimento institucional de organizações locais, foi traçado um diagnóstico de todas as associações indígenas da região. A OPAN presta assessoria para duas organizações que fazem a gestão de recursos no âmbito do projeto: a Coordenação e Organização Povo Indígena Apyãwa (Copiap), da TI Urubu Branco; e o Instituto Krehawa (Inkre), da TI São Domingos. Com esse apoio, a Copiap está executando um projeto de quase R\$ 380 mil. Além disso, ambas estão em fase de elaboração de novos projetos para captação de recursos.

Para promoção da soberania e segurança alimentar, a equipe de indigenistas tem apoiado as comunidades em suas atividades produtivas já existentes. No total, são 12 roçados tradicionais que atendem 13 aldeias; seis tanques de piscicultura que atendem oito aldeias; criação de galinha em quatro aldeias; e hortas familiares em três aldeias.

Visando o fortalecimento da gestão territorial e ambiental, foram contratados dez agentes indígenas. Também foi realizada uma oficina sobre gestão e proteção territorial a partir das diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Am-

biental em Terras Indígenas (PNGA-TI), na qual estiveram presentes 24 lideranças dos territórios. Uma outra oficina, sobre a ferramenta Monitor-Gati, reuniu 37 lideranças. Posteriormente, a ferramenta foi aplicada pelos indígenas com representantes das oito aldeias da TI Urubu Branco.



Apoio aos roçados no Médio Araguaia .

Fotos: Arquivo/OPAN

IMPLEMENTAÇÃO DO PGTA HALITI-PARESI

Na região da bacia do rio Jurue-
na, no noroeste de Mato Grosso,
foram realizadas ações visando a
estruturação do turismo de base co-
munitária em terras do povo Hali-
ti-Paresi. A implementação dessa
prática de turismo está prevista no
PGTA Haliti-Paresi, elaborado entre
2016 e 2018 e publicado em 2019.

Em algumas aldeias, o turis-
mo já é uma realidade há muitos
anos. Porém, com a crescente pro-
cura, tornou-se necessário estruturar
a atividade, conforme previsto no
PGTA Haliti e na Instrução Norma-
tiva 03/2015, publicada pela Funai
em 2011, que estabelece as normas
para a visitação com fins turísticos
em terras indígenas a partir de ações
de base comunitária e sustentáveis.

O turismo de base comunitária
prevê a proteção do meio ambien-
te, a melhoria de vida das pessoas

do lugar, visando a valorização e a
promoção da sociobiodiversidade.
Aliás, sob a perspectiva Haliti, ele-
mentos da natureza e da cultura são
indissociáveis, portanto eco e etno-
turismo também o são. Os Haliti vi-
ram nessa modalidade uma oportu-
nidade de valorização da cultura
tradicional e de geração de renda.
A ideia é atingir um público que
busca, para além dos atrativos na-
turais, uma imersão e permanência
por mais tempo no território.

Após o adiamento por dois anos
por conta da pandemia de covid-19,
e um longo período de organização
e preparação envolvendo as asso-
ciações Waymaré, Halitinã e Rio
Formoso, a OPAN, a TNC e con-
sultoria da ONG Garupa, em 2022
as aldeias Haliti-Paresi receberam
duas expedições experimentais de
turismo comunitário. Ambas foram

Turistas no Salto Belo,
na aldeia Sacre 2, Terra
Indígena Utiariti.

Foto: Ana Momm/Garupa



realizadas em setembro: a primeira nas aldeias Formoso, Santa Vitalina, Salto da Mulher e Wazare; a segunda nas aldeias Salto da Mulher, Sacre II e Quatro Cachoeiras. A aldeia Otyahaliti cancelou sua participação porque estava em luto após um acidente que vitimou dois jovens às vésperas da viagem. Para suprir a lacuna, a aldeia Salto da Mulher figurou nas duas expedições.

Cada expedição foi composta por um grupo de 12 turistas de diversos estados brasileiros. Além de cachoeiras deslumbrantes e rios de águas cristalinas em uma das regiões com grande diversidade de paisagens, também puderam conhecer a realidade das aldeias, compreender a dinâmica interna do povo, ouvir histórias míticas e participar de jogos e danças tradicionais. Enfim, conheceram uma amostra do complexo universo de um povo formado por aproximadamente três mil indígenas de mais de **90 aldeias**, em um território composto por nove terras, e cuja área ultrapassa 1,1 milhão de hectares.

Um relatório das expedições, elaborado pela ONG Garupa, a partir de questionários e relatos de indígenas e visitantes, apontou que a experiência foi bem avaliada e superou as expectativas. Entretanto, os Haliti e os turistas concordaram que alguns pontos ainda podem ser aprimorados, como itens relacionados à infraestrutura e logística. Sem caráter comercial, as expedições foram testes para que as aldeias pudessem colocar em prática tudo o

que foi construído: os combinados, a programação turística, a precificação, a execução das atividades, a geração de receitas, a avaliação e a divisão dos resultados financeiros.

Além da geração de renda e da capacitação em turismo de base comunitária, a experiência também resultou em outros pontos significativos. Foram realizados o diagnóstico e o inventário turístico das seis aldeias participantes, dois roteiros turísticos integrados e atualizados, o plano de visitação de uma aldeia (Wazare) com anuência da Funai e outras duas (Salto da Mulher e 4 Cachoeiras) prontas para elaborar seus planos de visitação, além de outras aldeias que manifestaram interesse de participar das próximas etapas do projeto.

CADEIAS DE VALOR E GESTÃO TERRITORIAL APIAKÁ

Na região norte do estado, no Baixo rio Juruena, a OPAN atua junto ao povo Apiaká da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. O trabalho visa o fortalecimento das iniciativas econômicas sustentáveis, a qualificação dos processos organizativos e da capacidade de articulação e interlocução do povo e das associações representativas e o apoio à gestão de seu território.

Por meio do trabalho, desenvolvido desde 2019 de forma articulada entre o Programa Mato Grosso e o Programa de Direitos Indígenas, a OPAN tem contribuído com a participação ativa dos Apiaká na gestão compartilhada do território junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já que há sobreposição entre a terra indígena e o Parque Nacional do Juruena (Parnaçu).

Atualmente os Apiaká compõem o Conselho do Parnaçu e estão sempre presentes nas reuniões. Eles também têm se articulado com povos do entorno e elaboraram um documento para subsidiar diálogos com o ICMBio sobre a revisão e atualização do Plano de Manejo do Parque.

Durante esse biênio, os Apiaká passaram por formações de associativismo, política e gestão para associações. Além de contribuir com o fortalecimento das associações e possibilitar a participação ativa na gestão compartilhada do território, o apoio à participação em intercâmbios, eventos e formações tem sido importante para a gestão e proteção territorial e para fortalecer as cadeias produtivas de valor.

Jovens e lideranças participaram de formações em ferramentas tecnológicas, como a do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Essas capacitações facilitam a análise, gestão e representação de informações geográficas, sendo um importante



No topo: Salto Augusto, TI Apiaká do Pontal e Isolados.

Foto: Rodrigo Tawada/OPAN

Acima: Elaboração do etnomapeamento da TI Apiaká do Pontal e Isolados.

Foto: Rodrigo Tawada/OPAN

instrumento para proteção e monitoramento territorial, assim como para realizar denúncias mais qualificadas sobre atividades ilegais registradas na TI aos órgãos responsáveis. Complementar ao conhecimento teórico, foi realizada uma série de expedições pelo território, cujos dados coletados subsidiaram o etnomapeamento e o etnozoneamento.

A conclusão dessas duas ferramentas é fundamental para a elaboração do PGTA dos Apiaká. O etnomapeamento levantou informações sobre o uso de recursos, os patrimônios culturais, a ocupação recente, as ocupações antigas e os locais vulneráveis. E o etnozoneamento sistematizou dados sobre sustentabilidade e geração de renda, conservação e uso sustentável, área cultural, vestígios de isolados e áreas mistas.

No que diz respeito ao apoio e fortalecimento das atividades econômicas, a OPAN tem dado suporte ao manejo da castanha-da-Amazônia nas aldeias Matrinxã e Pontal, atividade que tem se fortalecido nestes últimos anos. Foram realizados o mapeamento dos castanhais da TI Apiaká do Pontal e Isolados e o diagnóstico de logística para o escoamento e comercialização.

Além do apoio logístico referente a coleta e escoamento, a OPAN também colaborou com a infraestrutura, contribuindo para a aquisição de um barco e motor junto à Associação Indígena Rikbaktsa, de forma que os dois povos possam unir esforços para o escoamento da castanha.

Outra importante fonte de renda entre o povo Apiaká é o turismo de pesca esportiva. Nesse sentido, a OPAN facilitou a ida de lideranças a um seminário de turismo de base comunitária, em Belém (PA), onde puderam trocar experiências sobre o tema com outros povos e comunidades tradicionais.

MANEJO INTEGRADO DO FOGO NO ALTO JURUENA

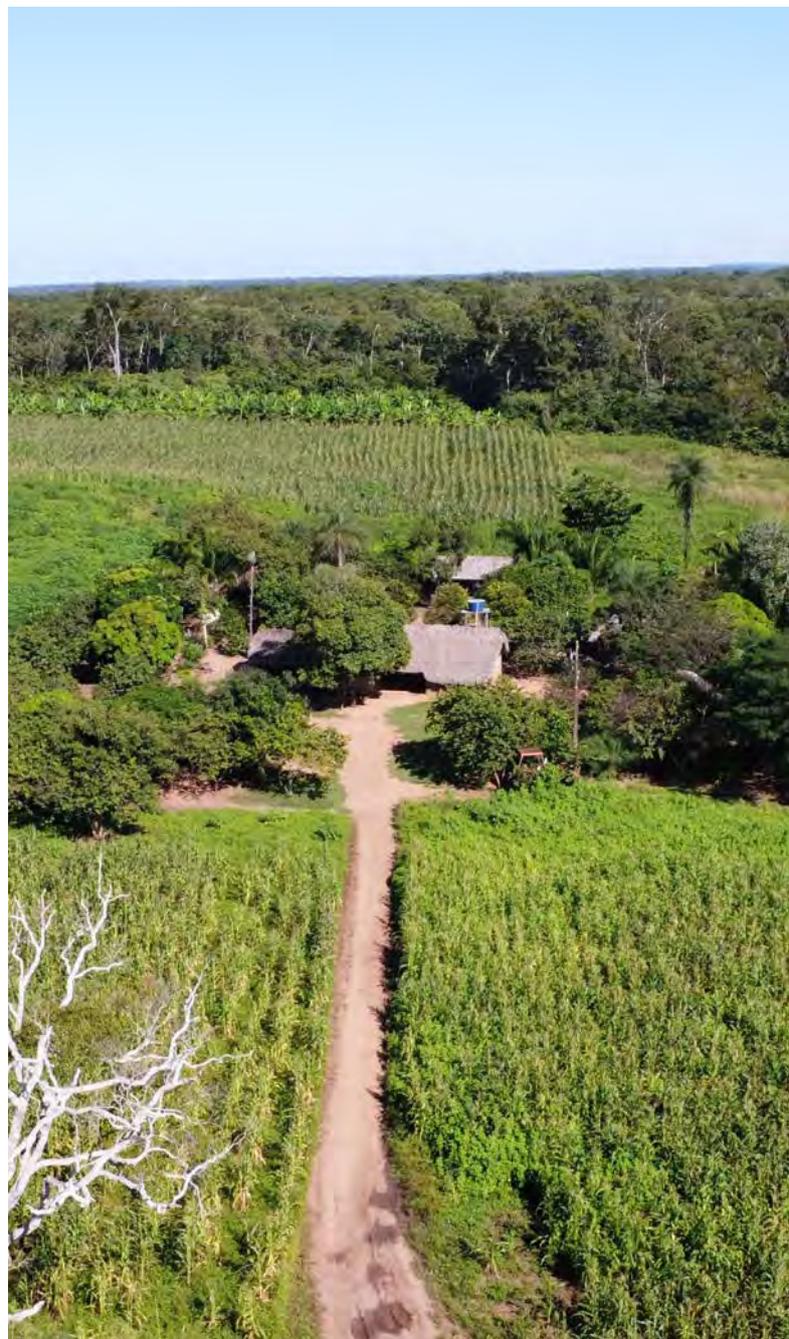
Ainda na região noroeste de Mato Grosso, nas terras dos povos Manoki, Myky e Nambikwara de Pirineus de Souza, a OPAN tem cooperado com a atuação dos brigadistas indígenas por meio do melhoramento da estrutura e formação no campo tecnológico, especificamente de drones. Nesse último biênio, as sedes das brigadas passaram a ter internet e as equipes foram contempladas com ferramentas de georreferenciamento, drones, computadores e quadriciclo, podendo assim fortalecer os eixos de atuação do manejo integrado do fogo.

FORTALECIMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO TERRITORIAL DO POVO CHIQUITANO

No extremo oeste do estado, em um território que engloba parte da fronteira entre Brasil e Bolívia, o Programa Mato Grosso atua com o povo Chiquitano. A maioria do povo vive na Bolívia. Muitos que moram no Brasil vivem em situação de vulnerabilidade, contratados como mão-de-obra barata para trabalhos em fazendas da região. As terras indígenas dos Chiquitano ainda estão em processo de identificação, de modo que pressões e ameaças externas determinam as condições de vida desse povo e interferem em sua identidade cultural.

O objetivo da parceria é contribuir para o fortalecimento das estratégias de gestão ambiental e territorial dos Chiquitano. Visando traçar uma linha de atuação coerente com as necessidades locais, está sendo construído um diagnóstico participativo sobre a situação atual do povo e de suas comunidades. A partir das indicações desse levantamento, será possível estabelecer ações estratégicas de médio e longo prazos junto aos Chiquitano.

Outra frente de atuação em curso com esse povo é o apoio ao fortalecimento cultural e à segurança alimentar. Nesse sentido, 30 famílias têm incrementado roças, quintais e hortas comunitárias. São duas hortas comunitárias, sete roças e oito



Produção de alimentos nos roçados do povo Chiquitano.

Foto: Roselino Paravá

quintais apoiados nas comunidades. Além disso, 30 mulheres têm recebido suporte para o desenvolvimento do ritual Curussé e a produção de artesanatos e de costura, que também

contribuem para a geração de renda local. O registro dessas atividades está a cargo de jovens Chiquitano apoiados pela equipe indigenista.



Produção de alimentos do povo Chiquitano.

Foto: Francelina Chué Poquiviqui

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Por fim, o projeto “Fortalecimento das organizações indígenas, comunicação e incidência política” é uma ação transversal que diz respeito ao fortalecimento de organizações indígenas e de comunicação popular. Trata-se da continuação de uma iniciativa que, entre 2017 e 2020,

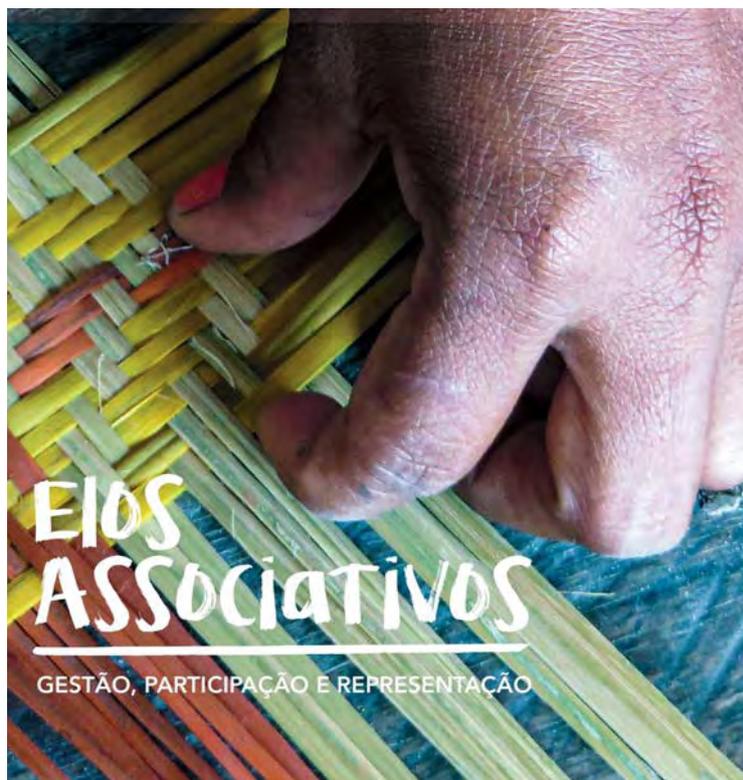
contribuiu com o fortalecimento institucional de nove associações indígenas, entre os estados de Mato Grosso e Amazonas.

Ao longo do período dos dois projetos, de 2017 a 2022, a OPAN subsidiou lideranças e organizações

indígenas no desenvolvimento de práticas de gestão autônoma, técnicas administrativas e financeiras, elaboração e execução de projetos, fundamentos de associativismo, direitos indígenas e relacionamento com as agências de fomento.

Todas as organizações indígenas envolvidas foram regularizadas e tiveram suas gestões fortalecidas. São elas: Associação das Mulheres indígenas de Mato Grosso (Takiná), Fepoint, Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (Aimurik), Associação Indígena Kolimace (AIK), Instituto Krehawa (Inkre) e Associação Thutalinãnsu. Algumas dessas organizações conseguiram, pela primeira vez, aprovar e executar projetos próprios. Esse trabalho também possibilitou a formação de comunicadores populares em Mato Grosso por meio da parceria com Uma Gota no Oceano junto à Articulação Xingu-Araguaia e à Rede Juruena Vivo.

Em 2021, foi publicado o livro “Elos Associativos”, um instrumento de pesquisa e orientação para as organizações e suas lideranças realizarem seus processos de gestão associativa. O material, reimpresso em 2022, também pode ser utilizado em escolas indígenas e contribuir para o fortalecimento do associativismo comunitário.





Castanhas no galpão de secagem do povo
Apurinã da TI Caititu.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



PROGRAMA AMAZONAS

Em sua atuação nas regiões sul e sudoeste do estado, o Programa Amazonas apoiou, nos últimos anos, 14 povos indígenas em suas estratégias de gestão territorial, em especial, nas iniciativas econômicas com produtos da sociobiodiversidade, proteção territorial e no fortalecimento das organizações locais. A atuação envolve populações de quatro importantes bacias hidrográficas – Purus, Madeira, Juruá e Solimões. Por meio dessa atuação, a OPAN contribui para geração de renda, fortalecimento da autonomia nos territórios, proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

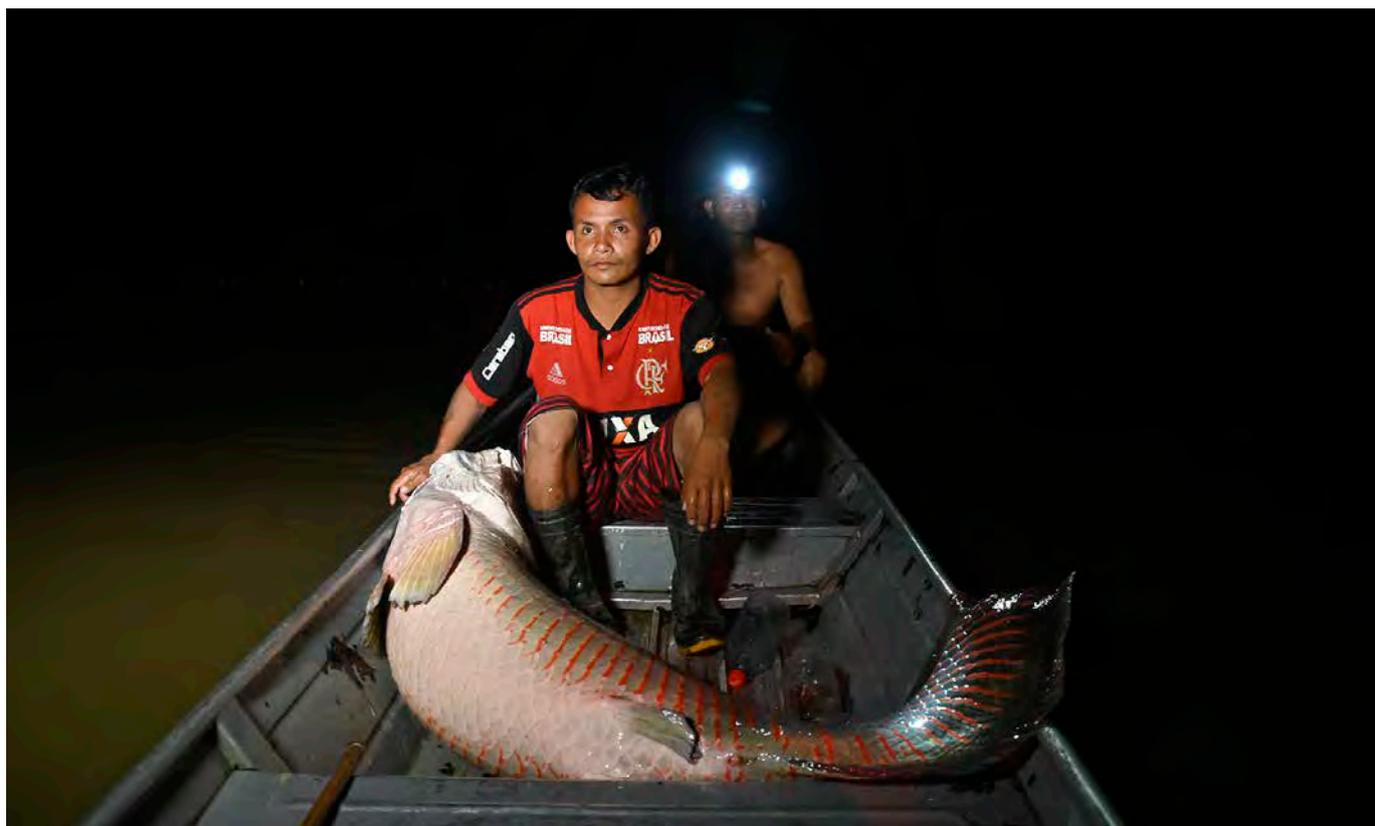
BACIA DO RIO PURUS

PAUMARI

Em 2022, o povo Paumari do rio Tapauá chegou à marca de 10 pescas manejadas de pirarucu, atividade iniciada em 2013, após cinco anos em que os indígenas preservaram os lagos exclusivamente para a retomada dos estoques pesqueiros. Nessa década, foram muitos os avanços para a qualidade do pescado, garantindo aos Pauma-

ri um lugar diferenciado, com reconhecimento nacional e como exemplo para outras comunidades que se propõem a realizar essa trabalhosa iniciativa que proporciona inestimável melhoria na qualidade de vida da população, segurança e soberania alimentar, aumento da autoestima, fortalecimento da união e geração de renda.





Ao lado e acima: A décima pesca
manejada de pirarucu.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Um dos avanços recentes foi a parceria realizada desde 2018 com a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc). Essa organização de base da região do Médio rio Juruá busca negociações melhores de comercialização. Na articulação realizada pelo Coletivo do Pirarucu, rede que busca ampla melhoria na produção e venda do

pirarucu, e em articulação liderada pela Asproc, o pescado é vendido para outras regiões do país com a marca coletiva “Gosto da Amazônia”. Além disso, em 2021 e em 2022, os Paumari inauguraram a comercialização direta do pirarucu por meio da Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA).



Coordenadora comercial da Asproc em feira com pirarucu manejado da marca coletiva “Gosto da Amazônia”.

Foto: Divulgação.



No processo de comercialização do pirarucu, os Paumari têm acesso a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPMbio) e a subvenção estadual para o peixe, de forma a aumentar os valores estipulados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O manejo de pirarucu rendeu aos Paumari do Tapauá um valor de R\$ 232.498,00 em 2021 e de R\$ 289.935,00 em 2022, o ano comemorativo dos 10 anos de pesca, em que foram capturados 650 peixes, totalizando 36,2 toneladas de pescado. Os benefícios foram destinados para a associação e para os manejadores, que envolvem homens, mulheres e a juventude das terras Paumari do Tapauá.

Para o aprimoramento da qualidade do pescado, os Paumari experimentam nos últimos dois anos processos sanitários inovadores para o beneficiamento do pescado: a redução do tempo de limpeza e resfriamento do peixe em tempo recorde, métodos de sensibilização e sangrias mais adequados e o transporte direto para frigoríficos de Ma-

nacapuru em um único lote. Além disso, com a consultoria de um veterinário especializado em bem-estar animal que tiveram nesse período, os Paumari vêm aprimorando e padronizando as técnicas de abate e pré-beneficiamento do peixe.

Associado ao manejo de pirarucu, os indígenas Paumari do rio Tapauá aperfeiçoam gradualmente a proteção de seus territórios. Hoje possuem sete bases flutuantes para monitoramento dos pontos mais sensíveis a invasões, todas melhor estruturadas em 2022 com radiofonia, tablets, GPS e kits de energia solar. Com acesso a essas tecnologias, efetivam ainda mais o trabalho de monitoramento e proteção territorial, geralmente realizadas por escalas organizadas entre as famílias. Os Paumari têm conseguido, desde 2009, evitar a entrada de invasores, garantindo, assim, a manutenção da biodiversidade, dos estoques pesqueiros e a segurança alimentar da população nas três terras paumari do rio Tapauá.

O Coletivo do Pirarucu, formado por manejadores de quatro bacias hidrográficas no Amazonas, organizações não governamentais e do poder público, tem por objetivo a valorização comercial do manejo sustentável de pirarucu e do trabalho dos manejadores em todo o estado.

Desde 2016, ano em que a OPAN realizou o *Diagnóstico participativo do manejo de pirarucu em áreas protegidas do Amazonas*, a instituição vem contribuindo significativamente na manutenção da coesão e união do Coletivo, incentivando e participando de articulações políticas, organizando reuniões presenciais e virtuais, contribuindo na elaboração de documentos de incidência e realizando ações de comunicação.

Somente em 2022, foram realizadas três reuniões presenciais do Coletivo, mobilizando mais de 70 pessoas, entre comunitários, representantes das organizações parceiras, pesquisadores e órgãos de governo em nível estadual, federal e internacional. As reuniões do grupo são um importante espaço para troca de experiências, preparação para a temporada da pesca, além da definição de pautas coletivas prioritárias. Das várias incidências realizadas, destaca-se a elaboração do *Panorama da pesca ilegal e outras ameaças ao manejo sustentável do pirarucu no Amazonas*, documento produzido pelo Coletivo e protocolado no Ministério Público Federal e demais órgãos competentes, que foi amplamente divulgado na imprensa local, denunciando uma série de ilegalidades ocorridas nas áreas de manejo.

Outra importante pauta empreendida pelo Coletivo e apoiada diretamente pela OPAN, foi a revisão da Instrução Normativa (IN) nº 17, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que estabelece os critérios legais para a certificação orgânica de produtos extrativistas de origem vegetal e que contou com diversas contribuições do Coletivo do Pirarucu para ajustá-la de forma a contemplar também os produtos extrativistas de origem animal e assim possibilitar a certificação orgânica do pirarucu de manejo.

Além das reuniões, o Coletivo também apoiou a organização da *Expedição Gosto da Amazônia*, realizada em setembro de 2022, que levou chefs de cozinha de seis estados brasileiros até a Comunidade São Raimundo, na Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, como parte da estratégia para ampliação de mercado do pirarucu de manejo sustentável produzido no Amazonas.



À esquerda: Reunião do Coletivo do Pirarucu.

Foto: Talita Oliveira/Coletivo do Pirarucu

À direita: Chefs de cozinha, manejadores e parceiros em expedição no rio Juruá.

Foto: Bruno Kelly

Fortalecimento das mulheres Paumari

Em 2019, quando foi criada a AIPA em decorrência do manejo de pirarucu, a associação tinha também o objetivo de favorecer o protagonismo de todos os Paumari, assim como foram previstas medidas de equidade de gênero já no estatuto da associação. Por esta razão, a participação de mulheres em cargos de gestão e de tomada de decisões sempre foi garantida. Em 2022, mais um passo importante foi dado nesse sentido com a cria-

ção da coordenação temática do trabalho das mulheres da AIPA, que conta atualmente com 60 mulheres, entre jovens e adultas. Com essa coordenação, as mulheres buscam fortalecer seu movimento coletivo, valorizar a cultura e a identidade indígena da juventude e promover o fortalecimento político por meio da diversificação da geração de renda com a produção de artesanatos tradicionais – cestarias de arumã, balaio, tapetes, abanos e outros.



Intercâmbio das
mulheres Paumari.

Fotos: Tainara Proença/OPAN

Visando esses objetivos, em 2022 as mulheres realizaram um intercâmbio entre as Paumari das terras do rio Tapauá e do Lago Maranhã, para troca de conhecimentos e aperfeiçoamento do artesanato tradicional. A atividade contou com o apoio dos homens, que se organizaram nas atividades de cozinha, geralmente feitas por elas, e o cuidado com as crianças para que as mães pudessem se dedicar integralmente à atividade.

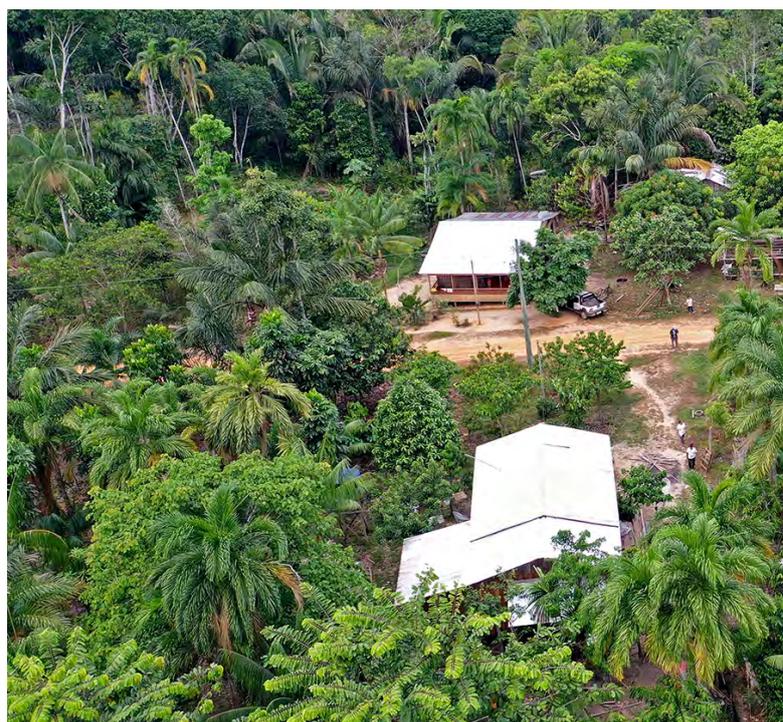
BANAWA

Próximo às terras dos Paumari do rio Tapauá, a OPAN está iniciando uma atuação indigenista com o povo Banawa, da TI Banawa, construindo uma relação de confiança no território. Com objetivo de fortalecer as iniciativas sustentáveis, em 2022 foram realizadas um conjunto de ações com esse povo, como diagnósticos sobre a disponibilidade pesqueira e apoio à organização das atividades de extração e comercialização da castanha-da-Amazônia. A TI se localiza numa região de outras áreas protegidas, sendo próxima às terras dos Paumari, às TIs Hi-Merimã e Jarawara/Jamamadi/Kanamanti e, por isso, com grande possibilidade também de somar coletivamente aos esforços locais de gestão territorial e ambiental.

JAMAMADI

Durante a pandemia, o povo Jamamadi reduziu sua relação externa e parte do povo se mudou para as antigas aldeias. No período, deram continuidade a suas iniciativas com produtos da sociobiodiversidade e mantiveram a extração do óleo de copaíba por meio de boas práticas apoiadas pela OPAN e em parceria com a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (Aspacs).

Outra importante frente de atuação dos Jamamadi em 2021 e em 2022, apoiada pela OPAN, foi a vigilância territorial associada à extração de copaíba, coleta de castanha e outras dinâmicas do povo em sua vivência no território. Ao proteger sua terra, os Jamamadi contribuem também para a proteção de outras áreas do entorno, como a dos indígenas isolados Hi-Merimã.

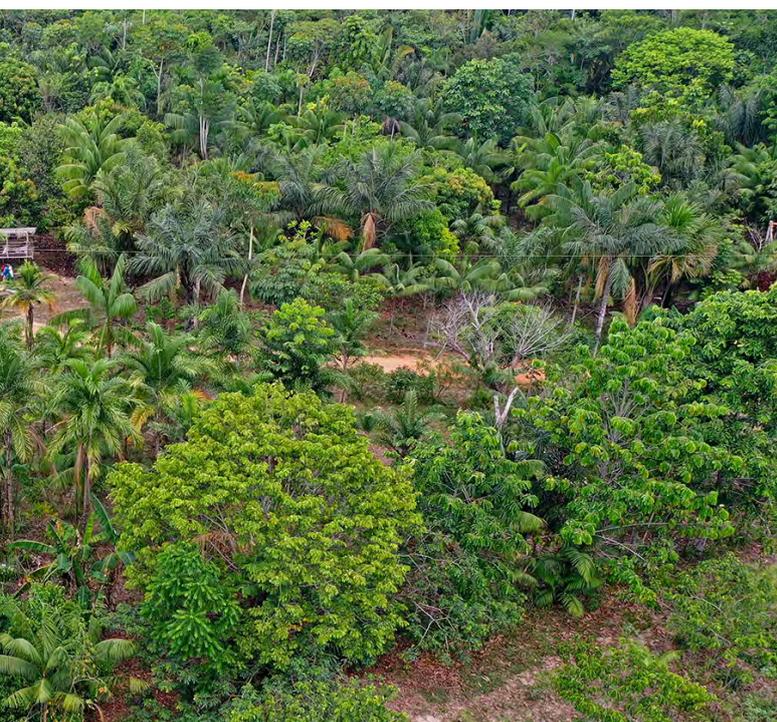


Nos últimos anos a OPAN vem fortalecendo a relação com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), construindo propostas de trabalho em conjunto por meio do Programa Amazonas e em parceria também com o Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade em atividades de advocacy de comunidades-membro da Federação. Além disso, a instituição apoia também o fortalecimento das organizações de base, como a AIPA, do povo Pauri, a Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu (APITC) e a Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (Opiaj), contribuindo também, dessa forma, com a melhor atuação da Focimp.

APURINÃ DA TI CAITITU

O trabalho com os indígenas Apurinã da TI Caititu vem ganhando força nos últimos anos. Com o aprimoramento de sua organização social, a APITC, este povo está executando projetos próprios voltados às produções sustentáveis.

Desde 2014 os Apurinã trabalham com os Sistemas Agroflorestais (SAFs), passando de quatro unidades naquele período para 26 unidades de SAFs em 2022. São 20 aldeias envolvidas, um resultado importantíssimo para a segurança alimentar desse povo, com reflexos na economia da produção de farinha. Para essa atividade, com apoio da OPAN e da Secretaria de Produção de Lábrea, os Apurinã estruturaram casas de farinha e realizaram formações para aperfeiçoar a produção. O resultado é a produção de farinha de maior qualidade e comercializada por melhores preços.



SAF do povo Apurinã.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Fartura de alimentos
com os SAFs.

Fotos: Valdeson Vilaça/OPAN

O trabalho com a castanha-da-Amazônia também está em ascensão entre os Apurinã. Hoje este povo tem maior autonomia e organização financeira por meio da associação. Foi importante nesse sentido a aquisição da sede da associação no município de Lábrea e de um galpão de secagem para o produto, além da parceria comercial com a Associação dos Agropecuários de Beruri (Assoab). Em 2022 os Apurinã tiveram um ganho de R\$ 18.634,00 com a coleta de castanha.

A experiência dos Apurinã com iniciativas sustentáveis como os SAFs e a castanha, tem levado esse povo a contribuir com outras populações, como os Apurinã das TIs Água Preta Inari e Seruini Marienê e os comunitários da Reserva Extrativista (Resex) Ituxi. Ainda em 2022, os Apurinã tiveram uma importante participação em um intercâmbio com os Guaraní Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, trocando experiências em prol de maiores possibilidades de alternativas alimentares em seus territórios.



Intercâmbio entre os Apurinã e os Guaraní, em Mato Grosso do Sul.

Foto: Arquivo/OPAN



Intercâmbio entre os Apurinã e os Guarani, em Mato Grosso do Sul.

Fotos: Arquivo/OPAN e Marina Rabello/OPAN.

APURINÃ DAS TIS ÁGUA PRETA INARI E SERUINI MARIENÊ

Em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), a OPAN retomou uma atuação histórica na região de Pauini, onde trabalhou, há cerca de 40 anos, com os Apurinã das TIs Água Preta Inari e Seruini Marienê. Junto com sua organização, a Opiaj, a instituição está apoiando a elaboração de etnomapeamento nas duas terras, um importante instrumento para a gestão territorial indígena.

Junto aos Apurinã da TI Seruini Marienê, que estão lutando pela demarcação de parte de sua terra, foi possível contribuir de forma inicial com algumas ações para fortalecer a cadeia produtiva da castanha-da-

-Amazônia. Com o apoio da OPAN e APITC, foi realizada a instalação de um galpão de armazenamento, a aquisição de materiais e insumos, e oficinas para aperfeiçoamento da atividade. Essas ações são de grande importância, especialmente pela dificuldade dos Apurinã da TI em acessarem políticas públicas.

Na TI Água Preta Inari, além do etnomapeamento, a OPAN apoiou a produção e a confecção de cerâmicas e outros artesanatos feitos com cipós e sementes, favorecendo o fortalecimento da cultura e promovendo alternativas para geração de renda nas comunidades .

Antonio Francisco Pereira Lima, da APITC, no galpão de secagem de castanha.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN



RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) ITUXI

Na bacia do rio Purus, a OPAN passou a apoiar, a partir de uma articulação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Americano, comunitários da Reserva Extrativista (Resex) Ituxi. O trabalho, ainda inicial, visa apoiar os moradores da Resex especialmente para o estabelecimento de relações justas na comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Assim, a OPAN se propôs a apoiar alguns grupos de moradores da Resex para fortalecimento de suas iniciativas já em curso, como a produção de castanha e de açaí.

Para a cadeia produtiva da castanha, entre 2021 e 2022, os comunitários que passaram a se reunir coletivamente para o trabalho já conseguiram melhorar o armazenamento do produto através da parceria com a APITC e criaram capital de giro para negociações mais justas com parceria da Assoab. No último ano, foram comercializadas

pelo coletivo piloto de castanheiros da Resex 376,5 latas de castanha, somando um total de R\$ 26.355,00.

Na cadeia produtiva do açaí, também está em curso um trabalho visando melhorar a organização coletiva para a atividade. Há proposta de fortalecimento da cadeia produtiva em geral, até então realizada exclusivamente de forma individual pelas famílias. Com uma safra coletiva e a organização do transporte do produto, um coletivo recém-formado comercializou 17.584 kg de açaí, aproveitando melhor todos os frutos coletados, gerando um valor de R\$ 35.168,00 por meio da parceria comercial com uma fábrica de Lábrea, a Açaí Poraquê. Os resultados foram importantes não apenas pelos números, mas por conta da autoestima das comunidades e dos coletivos. Além disso, está presente a ideia de buscar maior autonomia na comercialização de todos os produtos dos comunitários.



Açaí da Resex Ituxi.

Fotos: Magno de Lima dos Santos/OPAN.



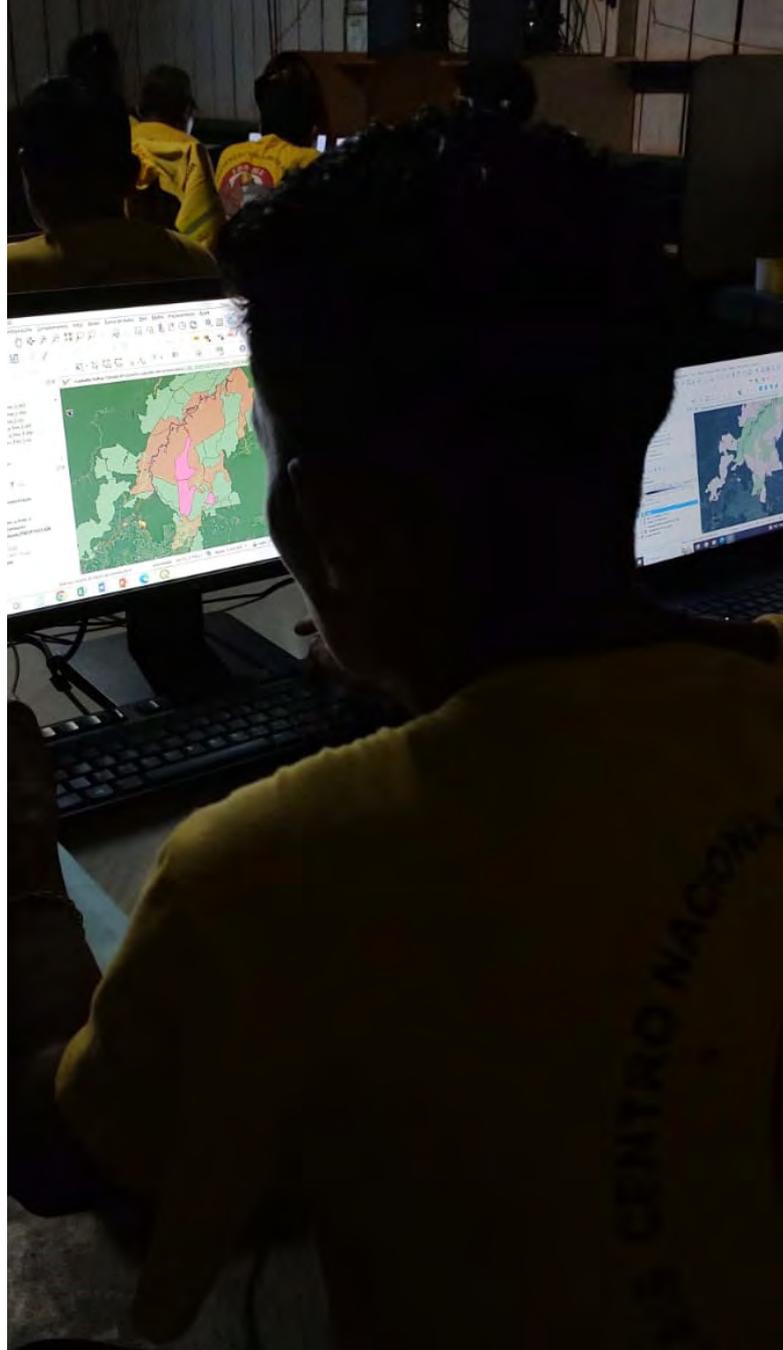
Açaí da Resex Ituxi.

Fotos: Magno de Lima dos Santos/OPAN.

MADEIRA

TENHARIM

Recentemente a OPAN retomou a sua atuação com o povo Tenharim da TI Tenharim-Marmelos, enfrentando junto aos indígenas o desafio dos incêndios florestais que aumentaram na Amazônia e no Cerrado a partir de 2019. Em parceria com o Serviço Florestal Americano, com a Associação do Povo Indígena Tenharim do Marmelos (Apitem) e com a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (Opiam), a instituição apoia as comunidades e os brigadistas nas ações de gestão territorial, realizando atividades de formação em tecnologias com GPS, drones e equipamentos para o Manejo Integrado do Fogo (MIF), contribuindo para toda a estruturação das brigadas e a integridade do território.





Na página anterior e acima: Formação em geoprocessamento.

Fotos: Valdeson Vilaça/OPAN

Na atividade, além dos trabalhos de prevenção e combate, os brigadistas realizam ações de educação ambiental nas escolas e a recuperação de áreas degradadas com a manutenção de um viveiro e o plantio de hortaliças e mudas de árvores. Além disso, apoiam toda a comunidade quando há abertura de roçados, orientando sobre aceiros, a direção do vento, os horários do fogo e ficando de plantão para impedir que o fogo do roçado se alastre além do desejado.

Hoje, organizados e com auxílio das ferramentas tecnológicas, os brigadistas realizam um trabalho de excelência. Compreendendo a geografia do fogo, aumentaram a capacidade para combater um incêndio com muito mais velocidade,

resolvendo em um dia situações que antes poderiam chegar a duas semanas. Tudo isso de forma mais tranquila, em condições de maior tranquilidade psicológica e com segurança física.

Por conta do trabalho do MIF, que tem a queima controlada da biomassa em pontos estratégicos como uma das etapas de prevenção contra incêndios, havia um grande preconceito na região sobre a atuação dos brigadistas. Em 2021 e em 2022 o olhar da população local sobre os brigadistas pôde ser revertido por meio de uma campanha de comunicação realizada em conjunto com a OPAN. Hoje os brigadistas já são reconhecidos e ganharam o respeito de todos pelos trabalhos realizados.



Banner sobre o manejo integrado do fogo em comércio na região de Humaitá (AM).

Foto: Magno de Lima dos Santos/OPAN.

Associado à atuação com os brigadistas, também na perspectiva de apoio à gestão territorial, a equipe da OPAN tem apoiado os Tenharim também nas atividades de vigilância territorial vinculada a práticas cotidianas dos indígenas e a cadeias

de valor da sociobiodiversidade. As ações contam com ampla participação da juventude, envolvida na reabertura de castanhais e proteção do território e que, com apoio dos brigadistas, têm tido sucesso para o controle e a proteção do território.

MÉDIO RIO JURUÁ

DENI DO RIO XERUÃ

O povo Deni do rio Xerua, na bacia do Médio Juruá, está fortalecido e vêm realizando projetos próprios, geridos pela sua Associação do Povo Deni do rio Xerua (Aspodex), pactuados entre todo o povo Deni. Por meio dos projetos, foram realizadas nos últimos anos as ações de vigilância territorial, de fortalecimento da Aspodex e dos manejos sustentáveis de pirarucu e andiroba. As iniciativas são apoiadas pela OPAN e por outros parceiros e garantem a conservação do território e a qualidade de vida da população.

Atualmente, 69 vigias Deni das cinco aldeias, protegem diretamente 50.413 hectares na região mais

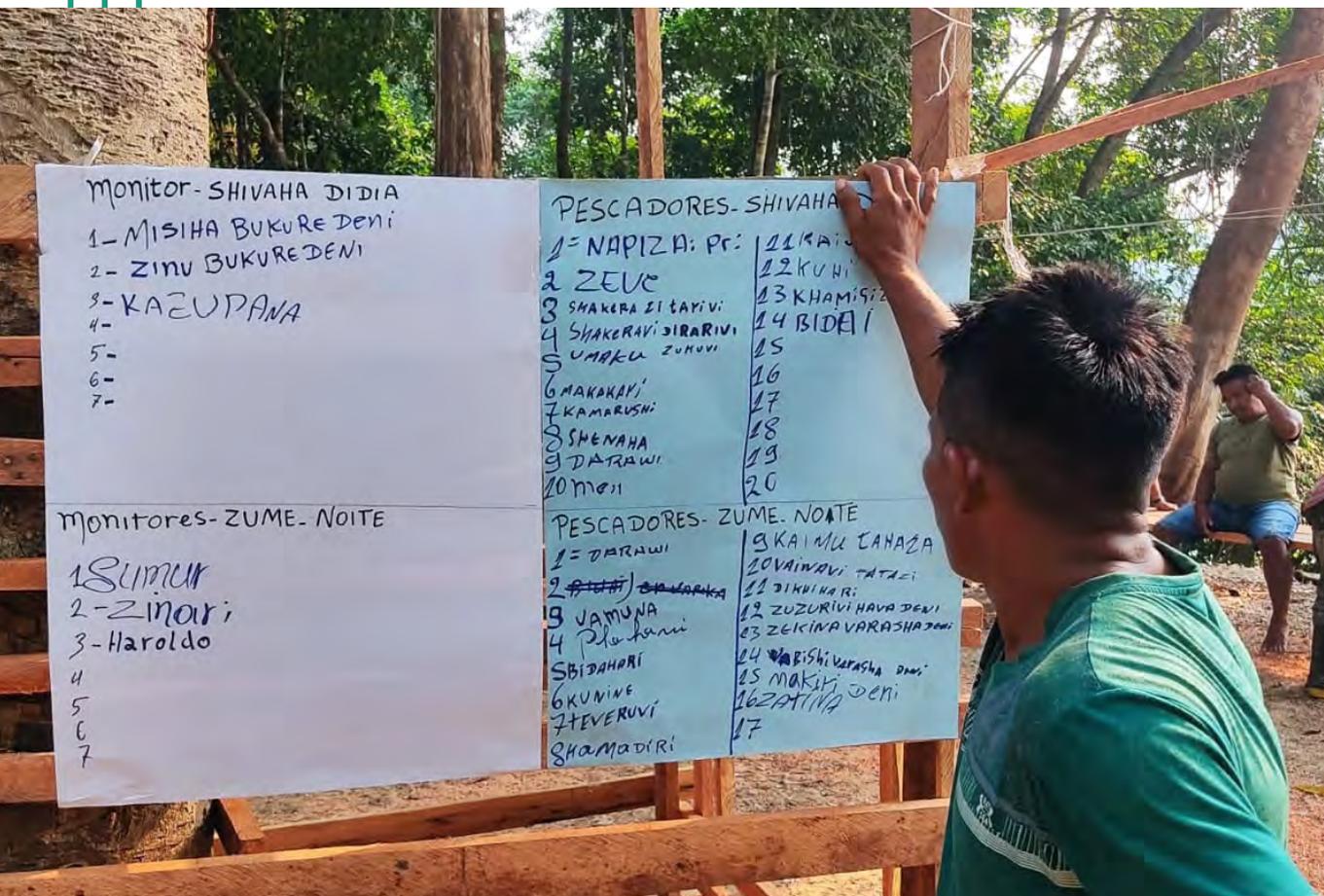
vulnerável a invasões e, indiretamente, toda a terra. Em 2021, os Deni estudaram sobre tecnologias para as atividades de vigilância, como drone e sistemas de georreferenciamento, instrumentos para qualificar as estratégias de vigilância territorial por eles realizadas. A vigilância protege a terra e é uma importante aliada na proteção dos lagos com pirarucus e outros peixes.

Desde 2009 os Deni realizam o manejo sustentável de pirarucu, que teve a primeira pesca experimental, em 2016, com nove peixes. Hoje, mais experientes, inclusive pelas oportunidades de aprendizados que tiveram com outros grupos manejadores, os Deni aumentaram a quantidade de peixes. Em 2021 pescaram 100 pirarucus e, em 2022, 110 peixes, que geraram uma renda de R\$ 55.488,00 a partir da comercialização realizada pela Asproc no último ano.

Organização e pesca manejada de pirarucu do povo Deni em 2022.

Foto: Cristabell Lopez/OPAN





Organização e pesca manejada de pirarucu do povo Deni em 2022.

Fotos: Cristabell Lopez/OPAN

O manejo de pirarucu é associado também a outras atividades produtivas, como a coleta de andiroba, feita por meio de um arranjo produtivo com a Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru) e a Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá (Codaemj). Em 2022, foram 100 latas comercializadas.

Uma conquista importante dos Deni nos anos de 2021 e de 2022, foi a inclusão de seus alimentos no

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da modalidade de aquisição direta. Assim, as escolas Deni, ao invés de receberem produtos industrializados vindos de longe, puderam disponibilizar peixes, frutas, macaxeira e outros produtos diversificados do seu roçado para a preparação das merendas nas escolas, garantindo alimentos saudáveis e gerando renda para a comunidade.

KANAMARI DO RIO XERUÃ

A partir de 2020 a OPAN começou a desenvolver um projeto diretamente com o povo indígena Kanamari do rio Xeruã, com o qual mantém uma relação histórica, além de ações pontuais relacionadas aos projetos junto aos Deni. Passado o período mais intenso da pandemia de covid-19, a instituição pôde desenvolver, entre 2021 e 2022, uma presença mais constante na TI dos Kanamari.

Atendendo a indicações dos Kanamari, foram realizados diagnósticos sobre produtos da sociobiodiversi-

dade, em que foi identificado potencial para o manejo de seringa. Além disso, visando melhorar a proteção territorial, os Kanamari também se organizaram em 2022 em torno da abertura de picadas na parte leste da sua área, para recuperação e indicação dos limites territoriais.

Junto ao povo Kanamari do Xeruã, a OPAN está apoiando também a Associação do Povo Kanamari do rio Xeruã (Aspotax), que busca aprimorar os conhecimentos sobre gestão administrativa e financeira, e sobre elaboração de projetos.

SOLIMÕES

JUTAÍ - ACJ

Na bacia do Médio rio Solimões, a OPAN apoia a Associação dos Comunitários que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutaí (ACJ) no dia a dia da organização do manejo sustentável de pirarucu e no acesso a políticas públicas em prol da atividade. A associação é responsável por um dos maiores grupos de manejadores do Amazonas, envolvendo homens, mulheres e jovens dos povos indígenas Kokama, Kambeba, Ticuna, Miranha e comunitários não indígenas, somando mais de 40 comunidades por ela apoiadas.

Em 2021, a pesca manejada de pirarucu somou 3.919 peixes, totalizando 212.489 Kg de pescado manejado e faturamento de R\$ 977.690,90. Nesse ano, foram acessadas a subvenção econômica estadual para o pescado e a Política de Aquisição de Alimentos (PAA). Por meio desta política, 40.868 kg de peixe foram destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social de Jutaí, que destinou o pescado para cerca de 5800 famílias com algum grau de vulnerabilidade social. A pesca manejada de 2021 foi realizada por 30 das 40 comunidades. Com o elevado custo de

produção e aumento do valor do combustível e insumos, parte do grupo optou por não realizar a atividade.

Em 2022, 27 comunidades fizeram a pesca de 3.130 peixes, totalizando 167.609 Kg de pescado manejado e um faturamento de R\$ 838.045,00. A ACJ conseguiu neste ano a garantia de comercialização de 27.000 kg para o PAA, que deverá ser concluída em 2023, ano em que se prevê a comercialização de 30.000 Kg para o programa.

Além do apoio à ACJ nas atividades logísticas do manejo, a OPAN contribui com a associação no fortalecimento institucional, nas capacidades de assessoria para qualificação dos processos internos, gestão das informações e contabilidade. Apoia também, diretamente, a busca por melhores mercados.

O manejo de pirarucu no município de Jutaí é de enorme importância para a manutenção de todo o estoque pesqueiro na região, revertendo um cenário de escassez de peixe. Dessa forma, a atividade contribui para a segurança alimentar e a geração de renda das comunidades, sendo também uma das principais economias do município.

Pirarucu oriundo de manejo sustentável.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN





Açaí de sistema agroflorestal do povo Apurinã.

Foto: Dafne Spolti/OPAN



TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

Nos anos de 2021 e 2022 a OPAN desenvolveu 44 projetos por meio de seus programas institucionais: Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade; Amazonas e Mato Grosso. Esses projetos viabilizam o desenvolvimento de atividades nas diversas regiões em que a OPAN atua há décadas apoiando a autonomia dos povos indígenas, com trabalhos de relevância para as comunidades.

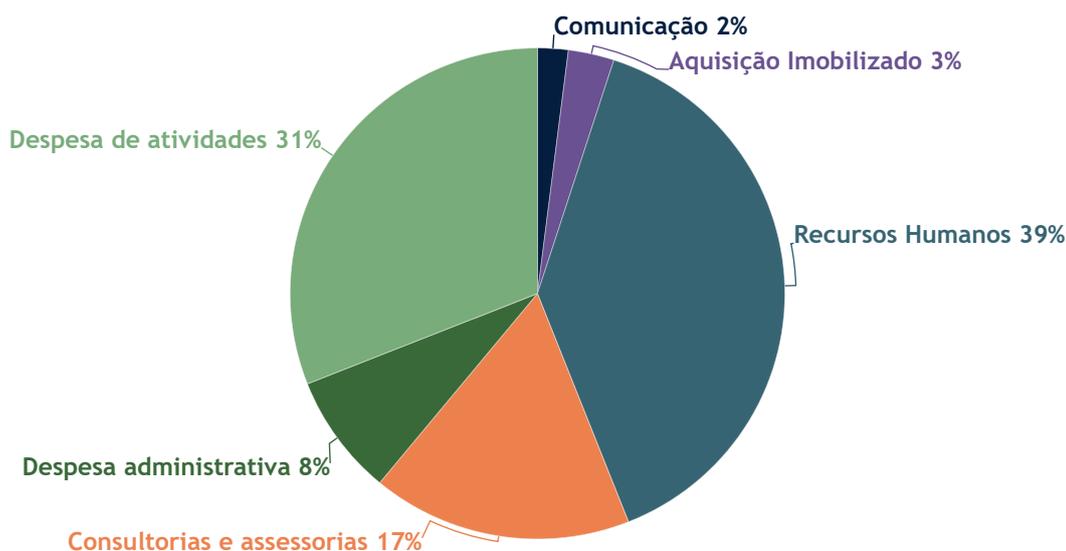
Além disso, também contamos com iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional, que, entre outros aspectos, prevê o desenvolvimento e a qualificação das equipes da OPAN por meio de formação no campo indigenista.

Visando a realização das suas atividades, que envolvem mais de 27 povos, três biomas e seis bacias hidrográficas, os recursos foram destinados em 39% para a contratação das equipes. Nestes últimos dois anos, a OPAN contou com 62 pessoas ligadas diretamente às suas atividades, entre indigenistas, comunicadores, responsáveis administrativos e coordenadores. Durante este período contamos também com a contratação de consultores e assessores que somaram esforços com as nossas equipes no desenvolvimento das atividades, represen-

tando uma execução de 17% dos recursos aplicados.

Quanto às despesas ligadas diretamente ao trabalho realizado em campo, estas representaram 31% do orçamento institucional, incluindo despesas de logística, insumos, aquisição de equipamentos para mobilizações, encontros, estudos, oficinas e formações.

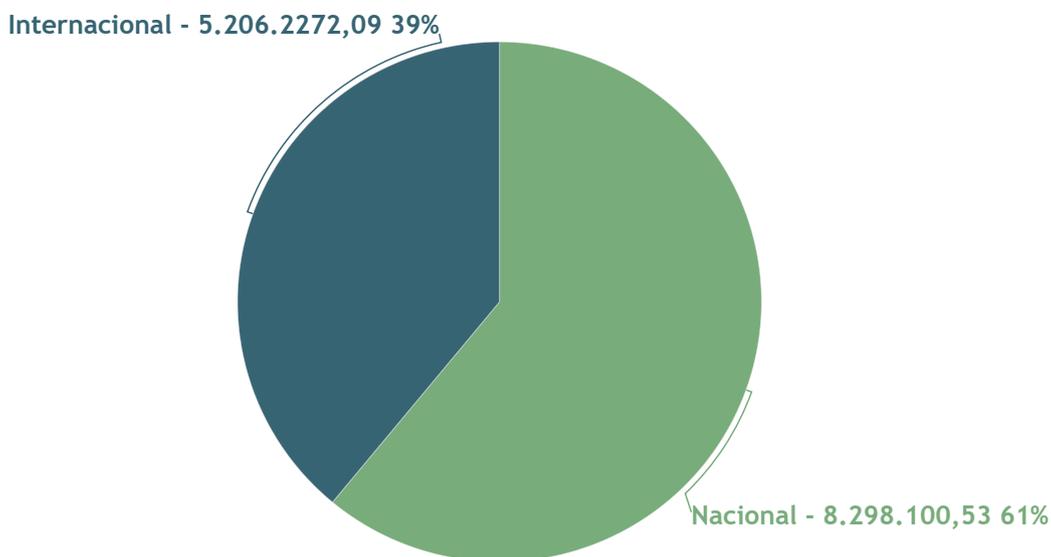
Para a realização das atividades, 8% do valor foi empregado em custos administrativos da instituição, sendo eles a manutenção de cinco escritórios regionais localizados nos estados do Amazonas e de Mato Grosso, e a sede da instituição em Cuiabá (MT). Custos para comunicação institucional e aquisição de bens patrimoniais representaram 5% do montante utilizado nestes últimos dois anos.



Aplicação dos recursos nos anos de 2021 e 2022.

No decorrer dos anos 2021 e 2022 a OPAN aplicou o total de R\$ 13.504.327,62. Deste valor,

31% são oriundos de fundos nacionais e 69% internacionais, conforme o gráfico:



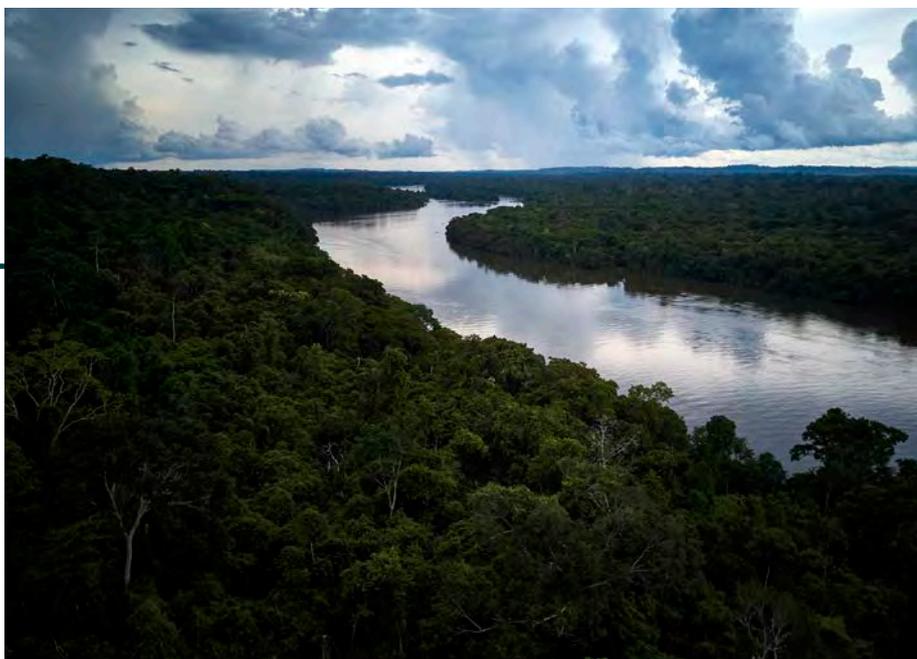
Fonte de recursos 2021 e 2022

Procurando zelar por todos os recursos gerenciados, a instituição passa anualmente por auditoria externa e independente. Seguindo a demanda de seus financiadores, também subme-

te projetos a auditores por eles indicados e de sua confiança, a fim de garantir a transparência e legitimidade na execução dos recursos aplicados.

Rio Arinos.

Foto: Pablo Albarenga/OPAN



EQUIPE OPAN 2021

DIRETORIA

Diretor-presidente

Elias dos Santos Bigio

Diretor-secretário

Herman Hudson Oliveira

Diretora-tesoureira

Jonia Terezinha Fank

CONSELHO FISCAL

Catiúscia Custódio de Souza

Luana Fowler Fatori

Tarsila dos Reis Menezes

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico

Gustavo Falsetti Viviani Silveira

PROGRAMA AMAZONAS

Coordenação

Diogo Henrique Giroto

Coordenador de projetos

Leonardo Pereira Kurihara

Indigenistas

Antonio Miranda de Andrade Neto

Cristabell Lopez Palomino

Felipe Rossoni

Magno de Lima dos Santos

Tainara Proença

Valdeson Vilaça

Auxiliares de Logística

Antonio das Chagas de Paula

Carlos Rodrigues Araújo

Francisco Pinheiro de Souza

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

Coordenadora

Andreia Fanzeres

Coordenação do projeto

“Do Campo ao Corpo”

Adriana Werneck Regina

Gestora de projetos

Ana Luísa Oliveira

Indigenistas

Edemar Treuherz

Liliane Xavier

Renato Rodrigues Rocha

Marcos Ramires

Ricardo da Costa Carvalho

Michel Andrade

Advogadas

Adrielle Fernanda Andrade Précoma

Brisa Libardi

Mariana Lacerda

Estagiários

Cristian Felipe Rodrigues Pereira

Samantha Heloisa Muniz Miranda

FÓRUM POPULAR SOCIOAMBINETAL DE MATO GROSSO (FORMAD)

Secretário executivo

Herman Hudson Oliveira

Comunicadora

Laís Dias Costa

PROGRAMA MATO GROSSO

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadoras de projetos

Lola Reboilar

Luciana Rebellato

Indigenistas

Catiúscia Custódio de Souza

Elizabeth Carolina Pinheiro Zaratim

Giovanny Vera

Paulo Eberhardt

Marcelo Okimoto

Rodrigo Ferreira Barros

Rodrigo Tawada

SETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Gerentes financeiras

Jonia Terezinha Fank

Rochele Fiorini

Técnicos financeiros

Daniel Luid Campos de Moraes

Juliana Vieira da Silva

Luiz Antonio Maciel Rocha

Secretária

Lucirlene Pereira da Silveira

Contabilidade

Lauro José de Souza

Luis Eduardo P. dos Santos

SETOR DE COMUNICAÇÃO

Coordenadora

Dafne Spolti

Comunicadores

Beatriz Drague Ramos

Helson França

Josie Jeronimo

Liebe Lima

Marina Rabello



Imagem feita em intercâmbio sobre sistemas agroflorestais entre os Apurinã (AM) e Guarani (MS).

Foto: Marina Rabello/OPAN

EQUIPE OPAN 2022

DIRETORIA

Diretor-presidente

Elias dos Santos Bigio

Diretor-secretário

Herman Hudson Oliveira

Diretora-tesoureira

Jonia Terezinha Fank

CONSELHO FISCAL

Catiúscia Custódio de Souza

Luana Fowler Fatori

Tarsila dos Reis Menezes

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico

Gustavo Falsetti Viviani Silveira

PROGRAMA AMAZONAS

Coordenação

Diogo Henrique Giroto

Coordenador de projetos

Leonardo Pereira Kurihara

Indigenistas

Antonio Miranda de Andrade Neto

Cristabell Lopez Palomino

Felipe Rossoni

Magno de Lima dos Santos

Tainara Proença

Valdeson Vilaça

Auxiliares de Logística

Antonio das Chagas de Paula

Carlos Rodrigues Araújo

Francisco Pinheiro de Souza

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS, POLÍTICA INDIGENISTA E INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

Coordenadora

Andreia Fanzeres

Coordenação do projeto

“Do Campo ao Corpo”

Adriana Werneck Regina

Gestora de projetos

Maitê Tambelini

Indigenistas

Edemar Treuherz

Liliane Xavier

Renato Rodrigues Rocha

Marcos Ramires

Ricardo da Costa Carvalho

Michel Andrade

Auxiliar de indigenismo

Cristian Felipe Rodrigues Pereira

Advogadas

Adrielle Fernanda Andrade Précoma

Brisa Libardi

Mariana Lacerda

Estagiária

Samantha Heloisa Muniz Miranda

FÓRUM POPULAR SOCIOAMBINENTAL DE MATO GROSSO (FORMAD)

Secretário executivo

Herman Hudson Oliveira

Comunicadoras

Bruna Pinheiro

Laís Dias Costa

Advogada

Bruna Medeiros Bolzani

PROGRAMA MATO GROSSO

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadoras de projetos

Lola Reboilar

Luciana Rebellato

Indigenistas

Adryan Araujo Nascimento

Cassiano de Oliveira dos Santos

Catiúscia Custódio de Souza

Elizabeth Carolina Pinheiro Zaratim

Giovanny Vera

Paulo Eberhardt

Marcelo Okimoto

Rodrigo Tawada

SETOR FINANCEIRO

Gerente financeira

Rochele Fiorini

Administrador

Daniel Luid Campos de Moraes

Recursos Humanos

Jonia Terezinha Fank

Técnicos financeiros

Juliana Vieira da Silva

Luiz Antonio Maciel Rocha

Auxiliar financeira

Rosângela Aparecida Alves Rodrigues

Secretária

Lucirlene Pereira da Silveira

Contabilidade

Lauro José de Souza

Luis Eduardo P. dos Santos

SETOR DE COMUNICAÇÃO

Coordenadora

Dafne Spolti

Comunicadores

Beatriz Drague Ramos

Helson França

Josie Jerônimo

Marina Rabello

Túlio Paniago

 www.amazonianativa.org.br

 [operacaoamazonianativa](https://www.facebook.com/operacaoamazonianativa)

 [amazonianativa](https://twitter.com/amazonianativa)

 WhatsApp: (65) 9 8476-5663

 comunicacao@amazonianativa.org.br

Operação Amazônia Nativa (OPAN)

Avenida Ipiranga, 97
Bairro Goiabeira - CEP 78032-035
Cuiabá - Mato Grosso
+55 65 3322-2980



Equipe e comunidade reunidos para
cinema indígena na TI Apiaká do
Pontal e Isolados, aldeia Matrinxã.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

APOIADORES





Casa na Terra Indígena Marãiwatsédé.

Foto: Adriano Gambarini/OPAN

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Relatório Institucional 2021-2022